
Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, “Edições Avante!”, outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/04

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)²²⁶

Álvaro Cunhal

[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra (mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: Introdução, 1 e 2]

A solução pacífica do problema político português foi a palavra de ordem táctica central do nosso Partido desde 1956 e foi acompanhada por uma série de concepções políticas que o Comité Central, particularmente na sua reunião de Março de 1961, analisou e discutiu.

Concluiu o Comité Central que *a definição da via pacífica para o derrubamento da ditadura fascista, nos termos em que foi feita e com as concepções que a acompanharam, representou um desvio de direita, um desvio oportunista, de que tem enfermado a orientação do Partido desde 1956.*

Concluiu ainda que muitos dos insucessos políticos e de mobilização popular do Partido, a estagnação e retrocessos orgânicos do Partido apesar das condições objectivas favoráveis, a menor ligação com a classe operária e os camponeses, a diminuição da influência dirigente do Partido no movimento democrático, a carência de quadros, resultam em larga medida desse desvio.

Concluiu finalmente que, se queremos fazer do Partido um grande Partido nacional, se queremos retomar a influência na classe operária e um papel determinante no movimento democrático, temos que corrigir esse desvio, temos de o desvendar e combater e temos de adoptar uma orientação justa.

²²⁶ Este trabalho, publicado pelas Edições “Avante!” em março de 1961, data da realização da reunião do Comité Central em que Álvaro Cunhal foi eleito secretário-geral, complementa o texto *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direção*, de dezembro de 1960 (ver o presente tomo, pp. 537-562), na contundente crítica às concepções direitistas e oportunistas dominantes no Partido a partir de 1956 (ver nota 206). Existe outro texto de Álvaro Cunhal intitulado *Ensinamentos de uma Série de Traições*, por ele apresentado em nome do Secretariado e aprovado na referida reunião, mas de redação anterior. Uma nota do Secretariado que precede o documento, datada de outubro de 1960, recomenda que ele seja dado a “conhecer aos funcionários do Partido e a camaradas com responsabilidade de direção”. Nessa nota diz-se ainda que o “presente documento” deveria “servir de base a um documento extenso, a publicar pelo CC, em que se não desça tanto nos pormenores dos factos, mas se salientem os seus aspetos fundamentais e as conclusões de natureza política”. Ora isso é feito em *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direção*, razão porque não incluímos na presente edição aquele documento. – 533.

1. A via pacífica para o socialismo e o derrubamento da ditadura fascista

As resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética tiveram uma importância considerável não só para o PCUS e a sua grande tarefa da edificação do comunismo na URSS, como para todos os partidos da classe operária e o movimento comunista internacional no seu conjunto.

Entre essas resoluções, o XX Congresso, tendo em conta as alterações na correlação de forças mundial, colocou numa maneira nova o problema das formas de passagem do capitalismo para o socialismo nos diferentes países, afirmando a «*possibilidade real para diversos países de passar ao socialismo pela via pacífica (...) utilizando-se as instituições parlamentares existentes*».

Esta tese conserva completa validade e abriu aos partidos comunistas e operários amplas e novas perspectivas.

Seria entretanto ela válida, aplicável, para a actual situação política portuguesa? Não. Na situação portuguesa actual, a tarefa imediata do proletariado e do seu Partido não é a passagem do capitalismo para o socialismo, mas o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade política. Os problemas são completamente diversos.

Não o entendemos porém assim. Tomando-os como problemas idênticos, entendemos que a via indicada pelo XX Congresso do PCUS para a passagem do capitalismo para o socialismo em alguns países oferecia viabilidade para a passagem dum ditadura fascista para um regime de democracia burguesa.

Logo em Maio de 1956, na primeira reunião do CC do nosso Partido realizada depois do XX Congresso do PCUS, se salientou que «a formação de um amplo movimento de unidade anti-salazarista (...) *criará as condições para a solução pacífica do problema político português*». Posteriormente, na sequência desta maneira de pôr o problema, a solução pacífica foi adoptada não como uma mera possibilidade e uma aspiração, mas como a *via* para o derrubamento do fascismo, ou melhor (porque a expressão «derrubamento do fascismo» foi quase completamente abandonada) a via para o afastamento de Salazar do poder e a mudança de regime.

Nesta adopção mecânica da tese do XX Congresso confundiram-se duas coisas completamente diversas. Uma coisa é a revolução proletária; outra a revolução democrática. Uma coisa é a passagem pacífica para o socialismo em países onde o aparelho do Estado burguês e a reacção se encontram particularmente debilitados; outra coisa é o derrubamento dum governo fascista, governo caracterizado precisamente pela força do seu aparelho militar e policial. As situações são diversas, diversos os problemas e daí a incorrecção de adoptar para Portugal e em relação ao derrubamento da ditadura fascista uma tese aplicável em países de democracia burguesa em relação à passagem para o socialismo.

Aliás, mesmo em relação à via pacífica para o socialismo, o XX Congresso advertiu que *tal via não era a prevista para países onde o Estado burguês, o aparelho militar*

e policial, fossem ainda poderosos. Nesses países, a passagem para o socialismo far-se-á «por meio duma luta revolucionária aguda».

Entendemos porém que essa advertência, válida mesmo para a luta contra Estados enfraquecidos, em países de democracia burguesa, não era válida para a luta contra um Estado fascista, fortemente centralizado, militarista, com um poderoso aparelho militar, policial, judicial e burocrático, um Estado que não permite se realizem eleições dignas desse nome, que suprime as liberdades, que não autoriza os partidos políticos, nem organização sindical livre, nem imprensa livre, nem possibilidade de reunião, um Estado que refreia, reprime e esmaga com brutalidade e terror as mais ligeiras reclamações democráticas e populares.

Sem dúvida que as alterações na correlação de forças mundial (que se acentuam em favor das forças democráticas) são cada vez mais propícias a um crescimento irresistível do movimento democrático português, ao crescimento das dificuldades e contradições do governo fascista e a um eventual súbito desequilíbrio das forças em presença a favor do primeiro. Uma solução pacífica do problema político português, o derrubamento do governo fascista por meios pacíficos, não só é de desejar, como, numa conjuntura política muito especial, pode ser possível. Mas, dadas as características do regime fascista, seria enganarmo-nos a nós próprios e enganar o povo português afirmar que a solução pacífica está já ao nosso alcance, ou é a mais viável e provável.

O contrário parece ser o verdadeiro. Que, dada a natureza do fascismo, *o povo português e as forças democráticas*, ainda que procurando uma solução pacífica, *têm de preparar-se para duras batalhas, têm de preparar-se para se levantarem em massa contra a ditadura fascista e derrubá-la pela força, se tal se impuser. O LEVANTAMENTO NACIONAL deve ser o objectivo da acção das forças democráticas e em especial do nosso Partido e a perspectiva revolucionária a apontar às massas populares.*

Não foi porém assim que compreendemos e colocamos o problema a partir de 1956. Numa transplantação mecânica para as condições da ditadura fascista portuguesa e com vistas ao seu derrubamento duma tese válida para a passagem pacífica do capitalismo para o socialismo em condições sociais e políticas muito diversas, acabou por se apresentar uma perspectiva confusa, desorientada e desorientadora. O Partido colocou a solução pacífica como *a via* para a substituição do regime, mas nunca indicou com suficiente clareza que via era essa. Confusões, vacilações, ideias oportunistas, acompanharam durante vários anos a política da solução pacífica, tal como o nosso Partido a traçou.

Já de há muitos anos, o PCP tem insistido em que seria desejável uma solução pacífica do problema político português. Entretanto, embora manifestando tal desejo, o III e o IV Congressos do Partido (I e II ilegais) colocaram como via para o derrubamento da ditadura fascista o *levantamento nacional*²²⁷.

Em fins de 1956, no folheto «A situação política actual e a posição do PCP», o CC alterou os termos em que era colocada a possibilidade da solução pacífica. Nesse

²²⁷ Ver em especial a presente edição, tomo I, pp. 501-509. – 535.

folheto, *a solução pacífica* foi apresentada não apenas como uma possibilidade que não excluía a palavra central de levantamento nacional, mas como a forma mais provável da queda do fascismo, *o caminho* que o PCP passava a apresentar *em substituição do levantamento nacional*. Justificou-se tal mudança com a evolução da situação interna e externa num sentido favorável às forças democráticas. Esse folheto ficou sendo conhecido como o «folheto de Outubro» e foi considerado pelo V Congresso como traduzindo um desvio de direita. Mas essa modificação fundamental da linha do Partido, que é um aspecto característico do mesmo desvio de direita, foi adoptada pelo V Congresso e seguida desde então.

É preciso notar-se que, sendo embora a solução pacífica uma palavra central do Partido, nunca se definiu de forma suficientemente precisa em que consistia tal solução pacífica. Dizer que o caminho é a solução pacífica é uma maneira genérica de designar um tipo de solução, não a indicação de que solução se trata. Dizer que o governo de Salazar pode ser afastado sem um levantamento nacional, duma forma pacífica, não violenta (segundo a fórmula do informe político ao V Congresso), «sem efusão de sangue e sem guerra civil» (segundo a fórmula do informe sobre questões de organização ao mesmo Congresso), não indica afinal como ele pode ser afastado, qual a perspectiva que se apresenta ante o povo para afastá-lo. As definições que se deram de solução pacífica são definições negativas (dizem o que se evita) e não definições positivas (não dizem o que se pode e deve fazer).

Nas definições que foram dadas de solução pacífica nunca se respondeu concretamente à questão que se coloca ante todos os portugueses que desejam pôr fim à ditadura fascista: a questão de saber *qual é a via para o derrubamento do fascismo, como se pode na verdade derrubá-lo*.

Pior do que isso: *a noção de solução pacífica foi-se amoldando a várias situações*, variando de conteúdo e significado consoante as esperanças ou ilusões mais imediatas.

a) Antes e durante as «eleições» presidenciais de 1958, a solução pacífica foi, no espírito de muitos, *a possibilidade duma vitória eleitoral*. Apesar de toda a política terrorista do governo fascista, apesar dos seus actos e disposições de falsificação e de violência evidenciadas no período «eleitoral», a Direcção do Partido não tomou, nas vésperas do acto «eleitoral», quaisquer medidas políticas ou orgânicas para a condução posterior da luta popular, não encarou a eventualidade duma greve política de protesto imediato contra a previsível burla «eleitoral» no dia 8 de Junho embora essa ideia tivesse já então ganhado forte simpatia na classe operária, não alertou sequer as massas para essa previsível burla, antes garantiu a possibilidade da vitória «eleitoral», insistiu nessa possibilidade e intencionalmente não admitiu com antecedência a ideia duma derrota (ver Relatório de Freitas ao CC em Agosto de 1958).

A ideia da solução pacífica esteve assim ligada neste período a *ilusões legalistas e constitucionais*, que existiam na própria Direcção do Partido e que se semearam largamente nas massas.

b) No último período da mesma campanha «eleitoral», militares anti-salazaristas, mais ou menos em volta do general Delgado, conspiraram com o objectivo de dar um *golpe militar*. O golpe militar aparecia então como forma de impor o respeito do voto popular a favor de Delgado se o governo negasse um mínimo de seriedade ao acto «eleitoral». Durante todo o segundo semestre de 1958 e primeiros meses de 1959 (até ao golpe gorado de Março) desenvolveu-se a conspiração militar, aliás com grande publicidade nos meios democráticos.

O Partido e a sua Direcção deixaram-se impregnar pela confiança no golpe militar, depositaram nele as esperanças para o afastamento de Salazar e a queda do regime fascista. Em consequência, mantendo-se a consigna da solução pacífica do problema político português, *a ideia de solução pacífica alargou-se de forma a poder também abranger o golpe militar*, que se defendia dever ser amplamente apoiado pelo povo.

Logo no Relatório feito pelo camarada Gomes em nome da Comissão Política na reunião do CC realizada em Agosto de 1958 se dão como exemplos de «solução pacífica» as revoluções da Venezuela e do Iraque. Dois meses depois, no artigo do camarada João «Acerca da possibilidade duma solução pacífica» (publicado em *O Militante* de Outubro de 1958), diz-se que «um caso típico de solução pacífica é o do Iraque» (que como se sabe foi uma revolta armada violenta, com amplo apoio popular) e que «a nossa Revolução de 5 de Outubro, apesar de alguns tiros (!) e umas tantas (!?) mortes, é também outro exemplo de revolução pacífica» (!?) (Como se sabe o 5 de Outubro foi uma revolução popular que, pela força, implantou a República²²⁸.) Mais claramente ainda, o *Avante!* da 1.^a quinzena de Fevereiro de 1959 diz que «um levantamento nacional de carácter pacífico não exclui, antes pressupõe, *a participação activa de civis e militares*».

A ideia da solução pacífica esteve assim ligada também neste período a *ilusões golpistas*, que existiram fortemente na própria Direcção do Partido e que se semearam largamente nas massas.

c) Reduzidas por medidas do governo as possibilidades ulteriores da luta no terreno «eleitoral» e da substituição do governo por uma vitória «eleitoral» da Oposição (eliminação do sufrágio directo para a Presidência da República) e adiada sucessivamente a eclosão do golpe militar, novamente se alargou o âmbito da solução pacífica.

«[...] a solução pacífica que o PCP preconiza (dizia o *Avante!* da 2.^a quinzena de Fevereiro de 1959) não é de forma alguma uma acção passiva. Pelo contrário, será *um verdadeiro levantamento nacional* de carácter pacífico, será uma luta generalizada de toda a Nação que culminará em formas de luta aberta contra o salazarismo, as quais poderão assumir o carácter de greves gerais políticas».

Quer dizer: na solução pacífica foi cabendo tudo; ao sabor de oscilações ideológicas e de esperanças ou planos de momento. Em Fevereiro de 1959 voltou a falar-se em levantamento nacional a que se acrescenta a palavra «pacífico» e, a partir do fracasso do golpe militar em Março de 1959, a desorientação acerca da solução pacífica chegou

²²⁸ Sobre a República de 1910 ver a presente edição, t. I, p. 747, e o presente tomo, pp. 101-102 e 424. - 537

a pontos que por pouco não se chegava a admitir na solução pacífica a consigna do levantamento nacional, insurreccional, que desde 1956 se tinha explicitamente substituído precisamente pela solução pacífica. Essa desorientação de conceitos levou a publicar em *O Militante*, boletim do Comité Central, um artigo em que se fala dos «levantamentos insurreccionais» do povo de Lisboa, Porto e Braga quando das «eleições» de 1958 (artigo de Guedes)²²⁹.

A concepção segundo a qual *a solução pacífica era a mais viável no Portugal fascista* e a preocupação de *chamar solução pacífica a soluções que de nenhum modo o seriam* teve a sua origem numa preocupação dominante na actividade do Partido neste período: a preocupação de *tranquilizar os elementos conservadores* que se destacam do fascismo, a preocupação de os não assustar com a ideia duma revolução, de os não fazer recuar com tal ideia. É que a solução pacífica que no fundamental se preconizava *não era a conquista do poder por meios pacíficos pelas forças democráticas, não era o derrubamento da ditadura pela acção popular* mas o «afastamento» de Salazar por uma acção de fascistas descontentes, *o afastamento de Salazar em consequência da desagregação do seu próprio regime*.

2. A «teoria» da «desagregação irreversível» da ditadura fascista

A ideia da solução pacífica do problema político português como *o caminho* para a mudança do regime, tal como foi colocada pelo Partido, está indissolivelmente ligada à ideia de que o regime fascista em Portugal se está a desintegrar a passos rápidos e irreversivelmente.

Ao fundamentar-se o abandono da consigna «levantamento nacional» e a adopção da «via pacífica» para a mudança de regime afirmou-se ter sido a nova orientação definida em resultado da «análise da nova correlação de forças no nosso País e no mundo». Tal análise considerou duma forma esquemática a influência na política portuguesa da nova correlação de forças mundial, acreditando que essa influência era imediata e decisiva. Afirmou-se que em Portugal a balança das forças se desequilibrou também em favor das forças democráticas, que o movimento democrático avançava incessante e irresistivelmente e que a ditadura fascista estava em vias de se desagregar completamente.

Em Abril de 1956, o camarada Ramiro fez ao CC em seu nome e no nome de outro camarada²³⁰ «propostas» sobre a orientação política do Partido. Dos 12 pontos dessas propostas, que colocam como objectivo «a mudança do regime e a saída de Salazar», 5 pontos tinham em vista a desagregação do regime. «Aprofundar as contradições entre o capital monopolista e os outros sectores capitalistas», «fazer um trabalho de desligação do fascismo de certas camadas militares», «aprofundar a desagregação nas forças repressivas», «desligar do salazarismo os fascistas descontentes», «mobilizar os jovens da MP contra os dirigentes e estabelecer acordos com os legionários», são as propostas mais em evidência (dominantes no conjunto), a par da questão eleitoral. Essas propostas marcam o ponto de partida para a definição da

²²⁹ Ver *O Militante*, n.º 103, dezembro de 1959. – 538.

²³⁰ Trata-se de Pedro Soares (pseudónimo: Moreno). – 538.

nova linha: *a solução pacífica como o caminho para a queda da ditadura fascista, possibilitado pela desagregação do regime.*

Num outro documento, «A situação política e o caminho a seguir», apresentado pelo mesmo camarada, as mesmas ideias aparecem ainda com maior nitidez. Nele se insiste em que «temos de saber isolar os elementos mais perigosos do regime salazarista dos restantes», que «não devemos fazer ataques frontais, como até aqui, à UN, à Legião Portuguesa, à Assembleia Nacional, mas sim aos elementos mais reaccionários que se encontram aí». O objectivo que se coloca é «acelerarmos a desagregação do regime».

No folheto do CC sobre «A situação política actual e a posição do PCP» publicado em Outubro de 1956, as ideias mantêm a mesma nitidez. Aí se começa logo por filiar a possibilidade da «solução democrática e pacífica para o problema político nacional» na «crescente desagregação que se opera nas fileiras salazaristas» (p. 1) e se insiste no enfraquecimento crescente do regime em consequência das suas contradições internas (p. 18). A própria possibilidade de unidade contra o regime não se filia no ascenso do movimento popular, mas na aceleração da desintegração nas fileiras do salazarismo (p. 3).

Este folheto foi posteriormente considerado pelo CC e pelo V Congresso como caracterizando *um desvio oportunista* «tendente a fazer depender a mudança de regime não fundamentalmente da acção das massas, mas sim da acção da burguesia democrática e, conseqüentemente, a colocar a luta política, de carácter legal, sob a direcção exclusiva dos vários agrupamentos e partidos da burguesia» (Intervenção do camarada Freitas no V Congresso «Sobre o trabalho ideológico», p. 2). Mas o certo é que *as ideias oportunistas fundamentais contidas no folheto se encontram também no Programa, mantiveram-se na orientação política do Partido e, embora ligeiramente esbatidas nas Resoluções do V Congresso, em breve se tornaram predominantes.*

No Informe político do CC ao V Congresso (realizado em Outubro de 1957), insiste-se em que «se verificam no governo de Salazar sintomas manifestos de decomposição política», em que assistimos à *decomposição crescente* do regime salazarista (p. 34), à «*progressiva decomposição* do salazarismo» (p. 26), e filia-se nesse facto a determinação da via pacífica do derrubamento do fascismo em substituição do levantamento nacional.

No Programa do Partido (aprovado no Congresso) emprega-se a característica expressão «*desagregação contínua*» do fascismo.

As Resoluções do V Congresso definem três «factores fundamentais de que depende a solução pacífica do problema político nacional»: o primeiro «a existência de um amplo e poderoso movimento de massas sobre a base da unidade e da luta da classe operária, como força dirigente, do seu grau de organização e capacidade de mobilização»; o segundo «a atracção que este poderoso movimento de massas venha a exercer sobre os diversos sectores da burguesia nacional não monopolista no sentido da formação duma larga frente onde caibam todas as forças anti-salazaristas»; o terceiro «o grau de decomposição que se tenha operado no seio da

camarilha dominante e a posição que esta assuma no momento decisivo». Mas, destes três «factores fundamentais», aquele que, em todos os materiais e durante anos apareceu como decisivo, *como objectivo dos outros dois*, foi a «decomposição» ou «desagregação» do regime.

A ideia da desagregação do regime como factor decisivo do breve colapso da ditadura fascista e como objectivo da actuação das forças democráticas e do próprio Partido domina toda a política do Partido nos anos posteriores.

Nos documentos da Direcção Central e na imprensa do Partido *repete-se constantemente tal ideia*. Fala-se na «*decomposição cada vez maior no campo do salazarismo*» (Declaração de 19 de Maio de 1958 assinada por oito camaradas em nome do CC); diz-se em destaque que «o salazarismo está a ruir» (Manifesto da Direcção Regional do Norte de 9 de Julho de 1958); que a «ditadura de Salazar é uma força *em plena decomposição que se desintegra rápida e inevitavelmente* sob a pressão do movimento popular» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Junho de 1958); que «o regime salazarista *desintegra-se*» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Julho de 1958); que «o fenómeno da *decomposição* do salazarismo é *perfeitamente visível* para toda a gente» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Outubro de 1958); que «são *cada vez mais patentes* as manifestações de decomposição do regime salazarista» de tal forma que «o regime *abre fendas por todas as aduelas*» e é «*um barco prestes a naufragar*» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Dezembro de 1958); que «o *facto dominante da situação política nacional é o da decomposição do regime salazarista*», de tal forma que «é já com visível dificuldade que Salazar vai cobrindo as baixas dos que debandam das suas fileiras» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Fevereiro de 1959); que a «decomposição do regime salazarista é um fenómeno inegável e *irreversível que nenhum acontecimento nem nenhuma força pode impedir*» (*Avante!* da 2.^a quinzena de Fevereiro de 1959); que é «*crescente*» a decomposição do regime, que «*nada poderá [...] impedir a completa desagregação do salazarismo*» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Abril de 1959); que a «*verdadeira feição da situação política nacional é a da transparente decomposição do salazarismo*» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959); que «o salazarismo atravessa uma crise mortal» e «Sob o fogo das lutas populares a situação *decompõe-se rapidamente*.» (*Avante!* de Junho de 1959); que «o salazarismo está *mais fraco hoje do que ontem e estará mais fraco amanhã do que hoje*» (Documento do CC de Julho [No original: Agosto. (N. Ed.)] de 1959); etc.

Vemos assim que, durante cerca de três anos (pois a partir de meados de 1959 os termos em que é colocada a desagregação do salazarismo se tornam mais comedidos), a concepção da «desagregação contínua», «irreversível», «inevitável», breve, da ditadura fascista, é uma constante da orientação política do Partido.

As dificuldades, contradições e mesmo a desagregação dum regime político são sem dúvida um importante factor da vitória das forças que se lhe opõem. No nosso caso, o mal foi, por um lado, tomar-se o desejo de ver o regime desintegrar-se como uma realidade, tomar-se como uma realidade o desejo de desagregação «contínua», «crescente», «progressiva», «irreversível», «próxima», «inevitável»; foi, por outro lado, colocar-se a «desagregação completa da ditadura» como o objectivo da luta do Partido.

Tomadas tais ideias como verdadeiros dogmas na actuação do Partido, *a elas se procuraram ajustar numerosos factos*, indo-se ao ponto de apresentar como «*sintomas*» do «*enfraquecimento*» e «*desagregação*» do salazarismo medidas que visavam e de certa forma conseguiram «*fortalecer*» e «*recompor*» o governo de Salazar.

Quando Salazar remodelou o governo após as «*eleições*», logo se disse que «*esta remodelação não resolve as contradições internas do próprio regime*», pois «*ao contrário, acentua-as*» (Informe de Gomes ao CC, em Agosto de 1958); quando Salazar procedeu a numerosas substituições de cargos com vistas a fortalecer o seu aparelho político e estadual (que revelara indecisões e debilidades na campanha de 1958), logo se afirmou que se tratava, não de um «*render de guarda*», mas de «*verdadeiras defecções*» (CC em Fevereiro de 1959, *Avante!* da 2.^a quinzena de Fevereiro de 1959); quando cerca de 40 membros da Assembleia Nacional fascista (muitos deles animados por ideias ultra-reaccionárias) se opuseram a algumas alterações da Constituição propostas pelo governo, logo se classificou tal facto entre as provas de que «*o regime se desagrega*» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Abril de 1959); e até as projectadas alterações da Constituição (entre as quais avultava a abolição das «*eleições*» para a Presidência da República, que pretendia e conseguiu recompor num importante aspecto o Estado fascista) foram vistas como sintoma de enfraquecimento.

Com tais interpretações apressadas de alguns acontecimentos ao sabor dos nossos desejos, procurou-se, um tanto forçadamente, *acertar os factos com as ideias que deles havia, em vez de basear as nossas ideias na análise objectiva e não idealizada dos factos*.

É ensinamento dos clássicos do marxismo que o reforço do aparelho do Estado e as reformas políticas antidemocráticas levadas a cabo pela burguesia reaccionária não são tanto sintoma de força como de fraqueza. Mas daqui seria errado concluir que tal reforço e tais reformas não fortalecem as posições da burguesia reaccionária e não consolidam as suas posições ameaçadas. Não foi porém à luz deste critério, mas ao sabor dos próprios desejos, que foram consideradas algumas medidas tomadas pelo governo no plano constitucional, político, militar, de quadros, etc. O governo tomou, é certo, essas medidas porque em Maio-Junho de 1958 as debilidades do regime e a força do movimento democrático se revelaram numa gravíssima crise que pôs em perigo o regime fascista. Tomou-as ainda porque as suas dificuldades, embora de momento atenuadas, não deixaram de subsistir com agudeza. Mas algumas dessas medidas se, por essa razão, reflectiam fraqueza de regime, não representavam em si um enfraquecimento deste e muito menos sintomas de desagregação. Pelo contrário: Em vez de enfraquecerem o salazarismo, em vez de mostrarem a sua desagregação, elas visavam consolidá-lo e de certa forma o conseguiram, embora temporariamente.

Foi-se ainda mais longe. O desejo de que fosse verdade aquilo que se afirmava levou camaradas da Direcção a registar, como verdadeiros índices da «*desagregação crescente e progressiva*» do salazarismo, autênticos *boatos*, sobretudo no segundo semestre de 1958 e primeiro semestre de 1959: que Salazar teria dito em Conselho de Ministros que se iria embora em Abril; que um ministro teria falado na necessidade da amnistia; que Teotónio Pereira teria voltado do estrangeiro mais liberal, com a

opinião de que era necessário «liberalizar o regime» e «fazer concessões mútuas com a oposição»; que o ministro do Interior teria tido uma síncope quando Neves Graça prendeu os dirigentes do Directório; que quatro membros da Assembleia Nacional actuariam ali como Oposição; que numa reunião fascista se teria falado tanto contra Salazar que um filho do Teotónio teria observado que os presentes mais pareciam «comunistas»; que na União Nacional se afirmaria que «Salazar é agora tão odiado quanto antes era amado»; que Salazar teria gritado que «estava sozinho», por ministros terem manifestado discordância pela prisão de alguns democratas (caso Bevan); que o ministro do Exército e o governador militar de Lisboa se teriam oposto à prisão de 20 oficiais que a PIDE quisera prender por ordem de Salazar; que funcionários da Presidência do Conselho se teriam recusado a assinar um documento de homenagem a Salazar; que Botelho Moniz, Teotónio Pereira e Craveiro Lopes teriam feito «diligências para que Salazar saísse»; que Marcelo Caetano voltara à Faculdade de Direito bastante mais liberal e mesmo na oposição; que, depois dum discurso de Cerejeira (demagógico e fascista) «a Igreja estava contra Salazar»; etc. *Todos estes boatos, no seu conjunto, eram tidos em consideração para «comprovar» a ideia de que progredia rápida e irresistivelmente a desagregação do regime.*

A desagregação do regime, que se acreditava estar a operar-se a largos passos, foi considerado «o factor dominante» da situação política portuguesa, o modo da «solução pacífica do problema político português» e o objectivo da acção do nosso Partido. No Informe do camarada Gomes ao CC em Agosto de 1958, fala-se em continuar a «trabalhar para a desagregação do regime» como forma de solucionar pacificamente o problema político português e em numerosos materiais se insiste na mesma ideia.

É certo que, numa forma geral, se insistiu sempre em que as *acções de massas* teriam uma decisiva importância. Mas essa decisiva importância residia no facto de se entender que as acções de massas *apressariam* ou *acelerariam* a desagregação do salazarismo. Já no citado documento dos camaradas Ramiro e Moreno se coloca como objectivo «acelerarmos a desagregação do regime». Repisando essa ideia, o Informe político feito pelo camarada Ramiro ao V Congresso diz que «é o desenvolvimento das acções de massas que *acelera* a desagregação do salazarismo» e no Informe sobre problemas de organização feito pelo camarada João diz-se que «será a luta das amplas massas que (...), ela e só ela, *apressará* a desintegração das fileiras salazaristas». Nem sequer se diz que a luta de massas decidirá ou provocará a desagregação do regime. A luta de massas apenas «acelera» e «apressa» tal desagregação. *Reduziu-se assim a acção das massas, a luta das forças democráticas, a luta popular, apenas a um «acelerador» da desintegração.* Não se encaminhavam as massas populares e as forças democráticas no sentido do assalto ao poder e sua conquista, antes se lhes atribuía como tarefa acelerar a «queda» da ditadura em virtude da sua desintegração. *O processo objectivo, automático, da desagregação ficou sendo o fundamental. Assim, embora insistindo na necessidade das acções de massas, alimentava-se a crença em que, mesmo sem acções de massas, a ditadura fascista cairia inevitavelmente, como consequência do processo objectivo da sua rápida desagregação.*

Este problema da importância relativa do desenvolvimento das contradições internas do regime e das lutas de massas para a desintegração do salazarismo foi abordado

algumas vezes. Mais que uma vez a Direcção do Partido se manifestou contra a concepção duma «desagregação por dentro» do salazarismo, ou seja, de que «a decomposição do regime e o seu debilitamento são uma consequência exclusiva do choque das suas contradições internas». Contra tal concepção, insistiu-se em que «esta decomposição não está desligada da acção das forças revolucionárias, antes é fundamentalmente a sua consequência» (artigo de João em *O Militante* de Outubro de 1958), em que «o principal factor que está a decompor o regime e a apressar a sua completa desagregação» é «a luta do nosso povo» (Comissão Política do CC, *Avante!* da 2.^a quinzena de Fevereiro de 1959).

À concepção da «*desagregação por dentro*» do salazarismo *opôs-se assim a concepção da «desagregação por fora»*. A substância permaneceu a mesma: considerar como factor decisivo da solução do problema político português e como objectivo fundamental da luta não a acção triunfante das forças democráticas e das massas populares, conduzindo as forças democráticas ao poder, mas a decomposição ou desagregação completa da ditadura fascista.

A desagregação do regime que o povo se propõe derrubar e substituir é um factor importante para uma revolução vitoriosa. *Lénine salientou a importância de «desagregar o regime adverso, apartar do inimigo os seus aliados fortuitos e temporários, semear a hostilidade e a desconfiança entre os que participam continuamente do poder» (Que Fazer?²³¹)*. Mas esse factor é apenas um. Se a acção popular é um meio de desagregação do inimigo, essa desagregação não resolve, por si, o seu colapso. Ela apenas é *uma condição favorável para o assalto ao poder pelas forças que se propõem conquistá-lo*.

A desagregação dum regime é um factor para o derrubamento desse regime, mas nem sequer implica que tal derrubamento seja pacífico. Uma insurreição armada vitoriosa pressupõe também uma crise política em que o regime apresente certo grau de desagregação. Como sublinhou Lénine, para uma revolução triunfante é necessário cumulativamente que o povo *não queira* mais ser governado pelo governo existente e que tal governo *não possa* continuar governando.

Numa passagem célebre, Lénine definiu «a lei fundamental da revolução»:

«Não basta para a revolução que as massas exploradas e oprimidas compreendam a impossibilidade de viver como até então e reclamem mudanças. É essencial para a revolução que os exploradores não estejam em condições de viver e governar como até então. Só quando as “*classes inferiores*” *não querem* viver como até então e quando as “*classes superiores*” *não podem continuar a viver como até então*, pode a revolução triunfar. Esta verdade diz-se por outras palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afectando tanto exploradores como explorados)» (*A Doença Infantil...*, cap. IX²³²).

Para uma acção revolucionária vitoriosa contra um regime autoritário, a desagregação é um factor. Mas essa desagregação não se pode considerar como o fim táctico da acção de massas, mas apenas um dos dois factores que, em conjunção um com o outro, possibilitam uma acção revolucionária decisiva para o derrubamento do

²³¹ Cf. VILOE3, t. 1, 1977, p. 142. – 543.

²³² Cf. VILOE3, t. 3, 1979, p. 325. – 544.

regime existente. Em regra *um regime não cai pela sua desagregação (como se foi levado a crer), mas pela acção revolucionária das massas.*

Em alguns casos, pode é certo suceder que, em virtude da decomposição dum regime, uma fracção dos elementos no poder tome a iniciativa duma mudança política. Tal iniciativa não pode porém ser colocada como objectivo político das classes revolucionárias e dos partidos revolucionários. Foi entretanto coisa semelhante que o nosso Partido fez ao colocar a desagregação do regime fascista como o objectivo da sua acção.

A ideia da «desagregação irreversível» como factor determinante da queda do regime conduz ao *culto da espontaneidade*. Introduce uma certa ilusão na queda automática da ditadura fascista e estimula uma posição de expectativa. A ideia da «desagregação irreversível» leva à ideia de que «eles acabarão por cair» em vez de «nós acabaremos por derrubar o governo e conquistar o poder». A crença de que «eles acabarão por cair» leva quando muito a *pressionar*, a fazer por acelerar a desagregação. A ideia de que «temos de conquistar o poder» leva a considerar a preparação para acções que conduzem a isso, incluindo o levantamento nacional e a própria insurreição armada.

A concepção da «desagregação irreversível» do fascismo, na sua influência política, em vez de preparar as forças democráticas e o povo português para o assalto ao poder, educou-os na ideia de que o fascismo cairia como consequência da sua própria desagregação (embora essa fosse «apressada» ou «acelerada» pelas acções de massas). A solução pacífica pela «desagregação irreversível» do regime não convenceu nem a classe operária nem as massas populares. Com tal concepção não abrimos uma perspectiva à luta democrática nacional, antes, estabelecendo dúvidas quanto à sua justeza, fechámos a perspectiva do desenvolvimento da luta popular. Daí quebra de entusiasmo, de iniciativa e de abnegação. *Tal concepção contribuiu, não para fortalecer, mas para quebrar o espírito revolucionário e a combatividade das massas populares, das forças democráticas e do próprio Partido.*

Num momento decisivo da luta do povo português contra o fascismo (meados de 1958) distraiu o Partido e as massas populares da preparação para combates decisivos, levou a subestimar a preparação para a luta nas novas condições que a burla «eleitoral» viria a impor. Pode dizer-se que essa concepção, com o que representou de expectativa, de culto da espontaneidade, de atentismo, impediu que o Partido se preparasse e preparasse as massas para grandes batalhas após a burla «eleitoral» de 1958. Se, em vez de educar os militantes na ideia de que «eles acabarão por cair», de que a desagregação do fascismo possibilitava a solução pacífica do problema político português, de que, quando muito, a acção das massas «aceleraria» o processo de desagregação, se houvesse educado o Partido e as massas populares na ideia de que «somos nós que temos de derrubar o governo fascista e conquistar o poder», a combatividade e disposição para a luta das massas populares, conduzidas a um elevado grau quando da campanha presidencial de 1958, teriam sido canalizadas num sentido de luta, em vez de se deixarem as massas na expectativa no momento crucial de 8-9 de Junho, quebrando assim a sua combatividade.

O Partido não colocou porém como tarefa das forças democráticas e do próprio Partido derrubar a ditadura fascista e conquistar o poder, mas sim apenas «apressar», «acelerar» a desagregação do regime.

Sendo assim, em que se fundamentava a esperança numa queda do fascismo a curto prazo? Não era nas próprias forças, na sua organização, nos seus quadros, no seu poder mobilizador e dirigente, pois, se assim fosse, tropeçaria imediatamente com debilidades e dificuldade que seria imprescindível vencer para estar em condições de conduzir a luta popular a um termo vitorioso. O Partido não fundamentava nas suas próprias forças e nas forças democráticas em geral as esperanças na queda do fascismo a curto prazo, mas apenas numa hipotética decomposição do regime conduzindo automaticamente ao seu colapso, seja porque o próprio regime se visse obrigado a mudar de processos e a liberalizar a sua política, seja porque dele se destacariam militares que resolveriam dar um golpe e pôr termo ao reinado de Salazar.

Ilusões legalistas e constitucionais e ilusões golpistas foram consequência directa e inevitável da concepção da «desagregação irreversível».

(continua)

Pelo Socialismo

Questões político-ideológicas com atualidade

<http://www.pelosocialismo.net>

*Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/10*

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

*[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 3 e 4]*

[...]

3. Ilusões legalistas e constitucionais

A ideia da solução pacífica por desagregação «contínua» ou «irreversível» do regime conduziu a ilusões legalistas e constitucionais. Na orientação política e na propaganda do Partido infiltrou-se a *ideia de que a solução pacífica poderia ter lugar através dum triunfo «eleitoral» numas «eleições» salazaristas.*

Não está descartada a possibilidade de, no decurso duma campanha «eleitoral» em «eleições» realizadas pelo governo de Salazar, o poder do movimento popular obrigar o governo a fazer importantes concessões. Toda a experiência de luta no terreno «eleitoral» bem o demonstra.

Mas acreditar que o governo fascista, mesmo no caso de se ver forçado a fazer concessões, não empregaria as suas forças armadas e repressivas se as ilegalidades e arbítrios lhe não chegassem, é desconhecer a natureza do Estado fascista, é passar uma esponja por cima de toda a experiência de 35 anos de governação fascista.

Um «eleições» fascistas podem ser aproveitadas largamente para uma ampla movimentação popular e essa movimentação pode conduzir a importantes vitórias. Mas acreditar que a queda do fascismo pode ter lugar através duma simples vitória «eleitoral» em «eleições» realizadas pelo governo de Salazar é pura ilusão. Mais: Pensar que uma tal vitória «eleitoral» pode ter lugar sem que anteriormente o movimento popular tenha imposto modificações radicais no processo «eleitoral» é outra ilusão.

Entretanto, por formas diversas, essa crença apareceu na orientação e actividade do Partido.

Partindo das alterações da correlação de forças favoráveis às forças democráticas, do enfraquecimento das bases de apoio do salazarismo e o alargamento das bases dos que se lhe opõem, o CC, em Maio de 1956, pronunciou-se pela participação nos próximos actos eleitorais, acreditando que

«Na base da mais ampla unidade, as próximas eleições permitirão a condução de uma campanha suficientemente poderosa para arrancar ao regime as liberdades fundamentais para que o nosso povo possa exprimir a sua vontade.»

A solução pacífica possibilitada pela desagregação do regime era aqui identificada com um triunfo «eleitoral» da Oposição.

Não admira que assim fosse. A adopção da solução pacífica como via para o derrubamento da ditadura foi largamente influenciada pelas teses do XX Congresso do PCUS acerca da passagem pacífica do capitalismo para o socialismo e esta última era e é justamente encarada como possível através da conquista da maioria parlamentar em países de democracia burguesa. Não só se adoptou mecanicamente para a conquista da democracia num país de ditadura fascista uma via apresentada para a passagem ao socialismo num país de democracia burguesa, como *de certa forma se acreditou que a conquista da liberdade política num país de ditadura fascista poderia ter lugar através dum triunfo numas pseudo-eleições realizadas e controladas pelo governo fascista.*

O já citado «folheto de Outubro», ao declarar o abandono do caminho do levantamento nacional contra a ditadura fascista e ao apresentar o caminho da solução pacífica, diz ser *«possível alcançarmos sucessos muito importantes nas próximas eleições para deputados e levar à Assembleia Nacional uma oposição mais ou menos numerosa representativa dos variados sectores anti-salazaristas».*

«Que isto é possível, mesmo dentro de um regime ditatorial e fascista — diz o folheto identificando indevidamente o regime reaccionário grego com a ditadura fascista de Salazar — prova-o a vitória das forças da oposição na Grécia, em Fevereiro deste ano, onde estas conquistaram 135 lugares dos 300 de que é formada a Câmara dos Deputados.»

O V Congresso, ao colocar a necessidade para a Oposição de *«concorrer até à boca das urnas [...] sem condicionalismos prévios»* (Informe político) fez novo recuo na consideração da natureza do Estado fascista. Nesta posição havia aliás uma visível contradição. Por um lado, dizia-se que, em virtude da alteração na correlação de forças, o salazarismo estava enfraquecido de tal forma que um potente movimento de unidade poderia obrigá-lo a conceder as liberdades fundamentais; por outro lado, em vez da anterior exigência de condições mínimas de seriedade, colocava-se com larga antecedência como orientação ir até à boca das urnas mesmo sem quaisquer condições de seriedade, o que era desde logo enfraquecer a exigência e a luta por essas condições.

Alguns camaradas negam que tenha havido quaisquer ilusões legalistas e constitucionais na Direcção do Partido. Afirmam que, na Direcção do Partido, nunca se acreditou em qualquer possibilidade dum triunfo «eleitoral».

Há factos que mostram que assim não é.

Num artigo publicado na revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, no número de Novembro de 1958, o camarada Aleiso, do CC do nosso Partido, fazendo um balanço das «eleições» presidenciais do mesmo ano, afirma que, dada a nova correlação de forças, com as «divergências existentes da própria camarilha salazarista», «a oposição podia contar com o êxito».

Mais elucidativa ainda do que este artigo é a justificação dada pelo CC ao facto de não ter antes do dia 8 (dia das «eleições») preparado a acção para além desse dia.

Na reunião do CC de Agosto de 1958, o CC refutou a opinião de alguns camaradas segundo os quais «o Partido devia ter estudado, antes do acto eleitoral de 8 de Junho, a possibilidade de aconselhar as massas a ir para a greve logo após o 8 de Junho, na hipótese previsível duma burla eleitoral».

Eis como o camarada Freitas, em nome da Comissão Política, refutou essa opinião:

«fazer o que tais camaradas preconizavam, isto é, falar ao Partido e às massas na necessidade da preparação de greves, para depois do acto eleitoral, *seria admitir com antecedência a ideia duma derrota*, desviando energias da luta então travada para arrancar ao salazarismo uma vitória. Isto equivalia a empurrar as massas para a frente com uma mão e puxá-las para trás com outra» (p. 14).

Quem tinha afinal razão? Tem de reconhecer-se que a tinham os primeiros camaradas e não o camarada Freitas e a Comissão Política ao aprovar o seu relatório (camaradas que assistiram à reunião do CC de Agosto de 1958 afirmam que no CC se manifestaram fortes reservas a esta parte do relatório).

A posição do Partido, tal como a apresentou o camarada Freitas, não pode ser considerada correcta, seja qual for o ângulo pelo qual a encaremos. Das duas uma: Ou a Direcção do Partido, antes do «acto eleitoral», acreditava que este se realizaria com um mínimo de seriedade, ou estava já convencida de que teria lugar mais uma burla «eleitoral». *Se acreditava nas «eleições» com um mínimo de seriedade e na possibilidade duma vitória eleitoral*, mostrava estar profundamente enganada e iludida, mostrava não ter acompanhado toda a evolução da situação durante o período «eleitoral» e estar de olhos fechados para a repressão fascista, mostrava navegar em *graves ilusões legalistas e constitucionais*. *Se não acreditava, se sabia antecipadamente que as «eleições» iam ser uma burla, não prevenir desse perigo, escondê-lo para animar as massas a ir votar, para «não admitir com antecedência a ideia duma derrota» foi iludir o povo, foi fazer demagogia*, além de prejudicar gravemente a prossecução da luta para além do acto eleitoral.

Pelas informações disponíveis, mostra-se que: a) nas vésperas das «eleições» já as massas, contra o que lhes dizia a Direcção do Partido, não acreditavam na possibilidade duma vitória eleitoral; b) já antes das «eleições» os trabalhadores, contra a orientação da Direcção do Partido, falavam abertamente em greve de protesto a partir do dia 9 e em algumas terras apareceu essa palavra escrita nas paredes. Como testemunha, entre outros, o camarada Lira,

«a mais duma semana das eleições, as massas falavam amplamente e abraçavam a ideia de se lançarem numa greve, caso as eleições não decorressem com o mínimo de seriedade que permitisse votar livremente e ganhar as eleições».

A classe operária e as massas populares não acreditavam muito justamente na possibilidade da vitória eleitoral e manifestavam-se, antes do dia 8, a favor duma greve de protesto para o dia 9. Mas a Direcção do Partido insistia em que tal vitória era possível e nada previu, nada alertou, nada preparou, para depois do acto eleitoral, para «não admitir com antecedência a ideia duma derrota». Que era isto senão semear ilusões legalistas e constitucionais, cortar em vez de canalizar a vontade combativa do povo, não preparar as massas e o próprio Partido para as novas formas de luta que a previsível burla de dia 8 iria impor?

As concepções da solução pacífica possibilitada pela «desagregação irreversível» do regime tiveram *consequências altamente prejudiciais* para a condução do movimento popular. Se não fossem essas concepções (com o seu cortejo de ilusões legalistas, como se acaba de mostrar, e de ilusões golpistas, como adiante se mostrará), se o Partido tivesse radicado em todos os seus militantes, nas forças democráticas, na classe operária e nas massas a ideia de que a tarefa fundamental que se lhes colocava não era a de «provocar a desagregação do regime», não era a de alcançar apenas uma vitória numas pseudo-eleições realizadas, controladas e fabricadas por um governo terrorista sem escrúpulos, mas conquistar o poder, colocar no poder um Governo Provisório democrático; se tivesse radicado a ideia de que, para mudar o regime fascista, não se tratava apenas de pressionar o governo, ou propiciar com acções de massas um golpe militar, mas de derrubar o governo através do levantamento de toda a nação; se estas ideias e não as de solução pacífica pela desagregação do inimigo tivessem animado a acção do Partido nas «eleições» de 1958, *talvez que a crise de 1958 tivesse tido outro rumo e outro desfecho.*

Vivemos uma situação pré-insurreccional sem nos apercebermos disso. O Partido foi em larga medida ultrapassado pelas iniciativas, vontade combativa e abnegação das massas populares. Para o *momento crucial* (dia 9) — e momentos destes, em que a disposição de luta nas massas atinge o auge e atingem também o auge as dificuldades do inimigo, só muito raramente se verificam — nada foi previsto, nada foi preparado, nada foi organizado, nada foi feito.

O manifesto do Secretariado datado de 9 só acidentalmente põe a palavra «greve» como uma entre muitas outras formas de luta e o apelo que faz é para uma «grande jornada nacional de luta contra a acção terrorista do governo e pelas Liberdades Democráticas». O manifesto da Direcção da Organização Regional do Norte, com a mesma data, diz que «o salazarismo está a ruir», faz um «vibrante apelo às forças armadas», mas sobre greves não diz uma palavra.

As greves políticas, apesar da sua importância como protesto contra a burla eleitoral, apesar do heroísmo dos trabalhadores portugueses nelas revelado, apesar de constituírem uma magnífica jornada da luta da classe operária e do Partido, foram tardiamente encaradas e precipitadamente preparadas, declaradas e conduzidas. Também nas greves políticas o Partido foi, em larga medida, *na cauda do movimento espontâneo.* Os apelos à greve a partir do dia 16 de Junho (Direcção

Regional do Norte), dia 18 (Comissão Política) e dia 25 (Organização de Lisboa) são posteriores às primeiras greves, verificadas de 12 a 16, em várias fábricas e empresas de Almada, Cova da Piedade, Cacilhas, Alverca, etc. Foi preciso que numerosas greves eclodissem espontaneamente ou por iniciativa local de membros do Partido para que a Direcção do Partido tomasse tardiamente a iniciativa num plano nacional. As greves políticas de Junho foram sem dúvida um importante movimento de protesto contra o governo fascista e uma das mais significativas acções políticas da classe operária desde o advento do fascismo. Mas, sem organização nem preparação adequadas, assentes não numa vasta organização unitária como teria sido perfeitamente possível edificar, antes puxadas pela actividade de choque dos funcionários do Partido num trabalho de tipo individual (os manifestos saídos em nome do «Comité de Greve dos Trabalhadores do Barreiro», que nunca existiu, eram feitos por um funcionário do Partido) não corresponderam às condições objectivas existentes.

Isso resultou directamente das ilusões legalistas criadas pela concepção da solução pacífica assente na «desagregação irreversível» do regime e também, como a seguir veremos, pelas ilusões golpistas resultantes das mesmas concepções.

As ilusões legalistas resultantes da crença de que o regime se estava a desagregar rapidamente e a «meter água por todas as aduelas» não se manifestou apenas em relação às «eleições». Essas ilusões influenciaram múltiplos aspectos da actividade do Partido, designadamente no referente ao secretismo e cuidados conspirativos e a formas de actuação dos quadros. Camaradas responsáveis conhecidos e perseguidos pela polícia expunham-se em sítios concorridos e em pleno dia, justificando em mais de um caso esse relaxamento com uma pretensa fraqueza crescente do aparelho repressivo. Quadros clandestinos faziam amplas reuniões de trabalhadores, como se legais se encontrassem. Reuniões dos organismos superiores do Partido e encontros entre camaradas responsáveis faziam-se com uma frequência que mostrava ter-se esquecido o regime existente no país. Na orgânica partidária, combateu-se o centralismo e procurou-se ampliar, sob as condições de feroz repressão dum ditadura fascista, os processos electivos e a forma de prestação de contas, que só num regime de liberdades democráticas não põem em perigo a segurança do trabalho partidário. O liberalismo, a falta de vigilância, a facilidade de promoções de quadros, instalaram-se na Direcção Central. Aspectos altamente conspirativos foram divulgados. Noticiaram-se viagens clandestinas ao estrangeiro. Enfraqueceram os cuidados de defesa dos combatentes de vanguarda, como no caso de *O Corticeiro*, publicando, em 1958, uma carta assinada por um dirigente dum Sindicato Nacional do Sul²³³. O relaxamento geral do trabalho conspirativo, o espírito de facilidade na vida das organizações, na realização de diversas tarefas, nas deslocações, encontros e vida corrente de camaradas responsáveis conhecidos e ferozmente perseguidos pela matilha policial encontram também a sua origem nas concepções da «desagregação irreversível» do regime conduzindo à ideia do seu inevitável colapso a curto prazo. Quanto à forma que esse colapso tomaria, a esperança mais insistente foi a esperança no golpe militar.

4. Ilusões golpistas

²³³ No n.º 12, de Setembro de 1958. – 550.

A concepção da «desagregação irreversível» do regime, ou seja, a colocação da desagregação do regime como objectivo fundamental do Partido e das forças democráticas, a afirmação de que tal desagregação se estava a processar de forma progressiva e sem retrocesso possível, a consequente crença em que o governo fascista poderia cair sem que o poder fosse conquistado pelo povo português e as forças democráticas, conduzia direito à aceitação, como forma do derrubamento do fascismo, da *viabilidade dum golpe militar resultante da desagregação do regime*.

Na verdade, se se acredita que um regime (que assenta fundamentalmente a sua sobrevivência nas forças armadas) se está a decompor irresistivelmente, acredita-se que a desagregação atinge as forças armadas. E, admitindo-se que abandonam o regime tantos oficiais que a existência do regime fica ameaçada, tem também de admitir-se que muitos desses oficiais encarem a possibilidade de pôr termo ao regime, ou seja, encarem a possibilidade de dar um golpe militar vitorioso.

Toda a concepção da «desagregação irreversível» do fascismo, pondo de parte a ideia de que cabe ao povo português derrubar a ditadura fascista e conquistar o poder através dum levantamento popular nacional, facilitou e estimulou as concepções e práticas golpistas.

A fácil previsão da burla «eleitoral» em 1958 colocava ante o Partido, como anteriormente se mostrou, o problema de saber que curso dar ao grandioso movimento de massas nas novas condições que o previsível resultado do dia 8 criaria. Como se viu, semeando-se ilusões legalistas, o Partido afirmou até ao acto eleitoral que se derrotaria o governo nas urnas, não admitindo com antecedência a ideia duma derrota. Por muitas ilusões legalistas que houvesse, a Direcção do Partido não podia ter deixado de se fazer uma pergunta: Mas se a Oposição não consegue triunfar nas «eleições»? Se as «eleições» são falsificadas? Que perspectiva se apresentava então ante o povo português?

Nessa situação, a ideia do golpe militar adquiriu particular importância e vulto. Grupos políticos e militares viram no golpe militar a resposta à resistência do governo fascista a aceitar a manifestação livre da vontade da nação. O governo impedia esta? Pois bem. Os militares obrigariam a respeitá-la. «Se não for no dia 8 (diziam) será no dia 9.»

Tanto na ideia de grupos de conspiradores como na esperança muito generalizada nas massas populares, o golpe militar era a alternativa que se oferecia para uma vitória eleitoral tornada impossível pela acção do governo. Em grau que é difícil determinar-se, houve militares que prepararam o golpe. Num elevado grau de credulidade, houve muitos democratas que acreditaram nele.

Qual foi nesse momento decisivo da luta do povo português a posição do Partido em relação ao golpe militar?

A Direcção do Partido não participou na preparação do golpe militar e não foi havida nem achada para a sua preparação (salvo uma consulta indirecta em 1959 acerca da posição que o Partido tomaria na eventualidade do golpe). Mas acreditou nesse golpe, *depositou nele as suas esperanças e deixou que essas esperanças influenciassem a sua orientação e a sua actividade. Tomou-se assim uma atitude nitidamente*

seguidista, colocou-se a acção do Partido a reboque dos conspiradores liberais e conservadores, cujo chefe conhecido era o general H. Delgado, e perdeu-se de vista o papel determinante que o Partido e a classe operária podem e devem desempenhar para o derrubamento da ditadura fascista.

Esta posição influenciou directamente a orientação e acção do Partido no momento crucial da crise de meados de 1958. Já atrás se puseram em relação a essa crise algumas questões. Tendo em conta que o momento culminante da crise foi nos dias 8-9 de Junho e tendo em conta a fácil previsão da burla «eleitoral», porque não foi definida anteriormente a orientação para além do dia 8? Porque não foi anteriormente considerado como canalizar a indignação e os protestos das massas populares, tanto mais vivos quanto mais o Partido havia afirmado a possibilidade duma vitória eleitoral? Porque não foram, antes do dia 8, definidas e preparadas as lutas de massas, cujas disposições estavam bem patentes nas grandiosas jornadas do período eleitoral? Porque se não procuraram a tempo as formas organizativas apropriadas? Porque sucedeu que, após a burla «eleitoral», dos manifestos do Partido a seguir publicados, o do Secretariado, datado do dia 9, só entre outras formas de protesto se refira acidentalmente à greve e o da Direcção da Organização Regional do Norte com a mesma data, não pondo sequer de passagem a palavra «greve», dirija entretanto um «vibrante apelo às forças armadas do Norte para que apoiem e participem na luta da Nação contra a camarilha salazarista»? Porque era tão grande a falta de perspectivas de actuação do Partido para além do dia 8 que camaradas dos mais responsáveis chegaram a admitir que, logo a seguir ao dia 8, funcionários do Partido dum sector, incluindo camaradas duma tipografia, poderiam «entrar em férias»?

Já atrás se mostrou que, em parte, esses factos resultaram de certas ilusões legalistas. Mas pode dizer-se das ilusões legalistas que elas foram mais semeadas que acreditadas. Mais que as ilusões legalistas, a razão desses factos foi que a Direcção do Partido se tinha deixado enredar pelas ilusões golpistas, porque a Direcção do Partido via no golpe militar a alternativa para a improvável vitória «eleitoral».

Em vez de confiar nas massas populares para a derrota do fascismo, em vez de alertar as massas para a facilmente previsível burla «eleitoral», em vez de as preparar para novas formas de luta para além do dia 8, em vez de criar a ideia de que as forças democráticas apoiadas nas massas populares e na parte honesta das forças armadas se deviam preparar para derrubar o governo e tomar conta do poder, a Direcção do Partido, nesse momento crucial, não tomou quaisquer decisões: não orientou as massas, não as preveniu, não tomou quaisquer medidas práticas de luta, e tudo isso fundamentalmente porque aguardava esperançadamente o golpe dos conspiradores militares.

É justo afirmar que, em meados de 1958, a ideia do golpe militar teve larga aceitação, tanto em militares como em civis. *Um golpe militar vitorioso não é um impossível em determinadas circunstâncias, como a história tem repetidas vezes demonstrado. Daí ser de aconselhar não pôr de lado tal eventualidade ou possibilidade, tomar contactos com os conspiradores e tomar para com eles uma atitude positiva com vistas a aferir da viabilidade do golpe: Uma tal posição não deve porém excluir, antes deve implicar o combate contra a mentalidade e as ilusões putschistas — contra a*

confiança infundamentada e inconsiderada na viabilidade do golpe, contra a fácil aceitação de simples boatos como factos políticos reais, contra a concentração das atenções e esperanças no golpe militar, contra a consequente subordinação directa ou indirecta a essas esperanças de aspectos fundamentais da actividade do Partido.

Qual a atitude que a Direcção do Partido tomou? Pode dizer-se claramente que a Direcção do Partido não se limitou a considerar a eventual viabilidade do golpe, mas deixou-se tomar pelas características ilusões golpistas. Praticamente, quase bastou que se dissesse e repetisse que os amigos do general H. Delgado fariam o golpe para que se acreditasse nele.

Para admitir a viabilidade dum golpe militar não basta a análise da conjuntura política; é também necessário o conhecimento directo das condições subjectivas (de organização e outras). Supor que, mesmo numa conjuntura favorável, bastará que um grupo de oficiais se resolva à revolta das forças armadas para que um golpe possa ser bem sucedido, é esquecer toda a importância das condições subjectivas, esquecer o papel decisivo que tem, num golpe militar, a organização, uma rede de ligações sólidas, fortes posições em pontos decisivos, o secretismo na actuação, um plano bem delineado. Dada a própria natureza das forças armadas e da sua disciplina, a espontaneidade de acções militares é extremamente mais rara do que a das acções populares e a experiência não indica que tal espontaneidade possa conduzir a um golpe militar vitorioso. Indica bem o contrário.

Entretanto, nas concepções políticas dominantes e na actuação prática do Partido não houve apenas a consideração da viabilidade dum golpe, mas a crença caracteristicamente golpista na realização vitoriosa dum golpe, sem se terem elementos seguros para ajuizar da sua organização, das suas forças, dos seus planos, e essa outra crença também caracteristicamente golpista de que basta para o alastramento vitorioso dum golpe militar que ele principie em algum lado.

Esta ideia aparece já com clareza no discutido «folheto de Outubro» de 1956, onde se diz que está a «levedar nas forças armadas portuguesas um ambiente de descontentamento surdo, que *uma pequena centelha* poderá fazer explodir em resistência e revolta contra os altos comandos e contra o governo». O folheto foi condenado, conforme já atrás se referiu, como traduzindo um desvio de direita (sem nunca aliás se ter feito publicamente a ele uma análise crítica), mas esta ideia, como todas as outras ideias fundamentais do folheto, persistiu ao longo dos anos. Quando em Agosto de 1958 se defendeu que «uma Mealhada» seria o bastante como ponto de partida para um golpe militar vitorioso, está-se a repetir com outras palavras a concepção da «pequena centelha» do folheto de Outubro. As ilusões putschistas dominaram uma e outra ideia.

Depois das «eleições» de 1958, o Partido insistiu numa possível queda da ditadura a curto prazo. Em que fundamentava a Direcção do Partido tal esperança quando o Partido tinha menos de um quarto dos efectivos máximos já alcançados na clandestinidade, quando a organização não estava estruturada, quando as tiragens da imprensa partidária eram reduzidas, quando a capacidade mobilizadora do Partido se revelava reduzida? Era no golpe militar, expressão mais viva da «teoria» da «desagregação irreversível», que a Direcção do Partido fundamentava tal esperança.

Quando muitos camaradas afirmavam que «a coisa estava por pouco»; quando se perdeu o interesse pela preparação duma luta difícil e eventualmente demorada; quando se não deu uma importância primordial à manutenção, para além do período eleitoral, dos organismos de unidade criados em volta das candidaturas — era a esperança no golpe militar que estava presente.

A ideia do golpe militar levou alguns camaradas a verem na luta de massas (e alguns o viram nas greves políticas) sobretudo um elemento favorável para a eclosão do golpe militar, levou a modificar o conceito de solução pacífica de forma a abranger o golpe militar, levou a considerar-se a organização militar de oficiais «mais importante que a de soldados», a afirmar-se que «um tenente vale uma companhia», repetindo-se o que se disse ser uma experiência dum Partido irmão, segundo a qual «o trabalho entre os soldados é ineficaz», «não vale a pena trabalhar entre eles» e que o trabalho do Partido deve desenvolver-se «principalmente entre oficiais», pois são estes que decidem do controlo das unidades militares.

Durante todo o ano de 1958 e primeiro semestre de 1959, vários núcleos de militares conservadores anti-salazaristas desenvolveram uma acção de certa forma apreciável, com publicação frequente de documentos políticos e de apelos às forças armadas. Durante todo esse tempo, houve oficiais que conspiraram com vistas ao derrubamento do governo. Faltou-lhes capacidade de organização e de secretismo, faltou-lhes influência e paciência. Mas conspiraram, arriscaram a liberdade e alguns acabaram por perdê-la ou por fugirem para o estrangeiro. Essa demorada conspiração que acabou por abortar foi o fulcro de toda a vaga de ilusões golpistas, que ganharam grande influência entre as forças democráticas e o próprio Partido.

Particularmente em todo o segundo semestre de 1958 e nos primeiros meses de 1959, a orientação política e a actividade do Partido foram dominadas largamente pelas esperanças na eclosão desse golpe militar.

O Informe da Comissão Política (feito por Gomes) na reunião do CC de Agosto de 1958 sobre as «Campanhas eleitorais», ao dar como exemplos de solução pacífica as revoluções da Venezuela e do Iraque e ao referir que, «se as forças patrióticas tiverem de recorrer a uma solução violenta (...) a conjugação da acção das massas e das forças armadas terá também um carácter decisivo», não é numa insurreição nacional que se têm os olhos postos, mas num golpe militar, a cuja preparação o Partido era estranho, mas em que concentrou as suas esperanças para a queda da ditadura fascista.

Na posterior acção do Partido, em toda a imprensa do Partido, aparece, duma forma mais ou menos velada, a esperança no golpe militar. Toda a linguagem optimista está ligada à esperança no golpe militar. Afirmando-se no *Avante!* da 1.^a quinzena de Fevereiro de 1959, que «Portugal chega ao termo dum longo ciclo da sua história nacional e se encontra no limiar de profundas transformações políticas» e que «é possível o afastamento de Salazar a curto prazo» e insistindo-se em que «um levantamento nacional (esta expressão reapareceu depois de longo ostracismo) de carácter pacífico não exclui, antes pressupõe a participação activa de civis e militares»; e afirmando-se no *Avante!* da 2.^a quinzena do mesmo mês que «as forças armadas devem pôr-se ao lado do povo para expulsar Salazar do poder» e que é necessária a «coordenação das lutas civis e militares» e que «a acção militar deve

integrar-se na movimentação geral da nação» — não se estava apenas a defender em abstracto certas ideias.

Por detrás delas estava a posição real do Partido para com os conspiradores militares, cujo golpe nessa altura estava em vésperas de ser tentado. Essas ideias eram directamente determinadas pelas ligações embora indirectas então estabelecidas com esses militares e por certos compromissos tomados para com eles.

Esse golpe estava sendo preparado pelo Movimento Militar Independente que se propunha efectuar um movimento militar revolucionário que:

- a) obrigaria o governo a abandonar o poder;
- b) entregaria a chefia do Estado e do governo a uma Junta Militar que escolheria o Governo Provisório;
- c) garantiria a entrada em vigor, «sem restrições nem sofismas» das liberdades consignadas no artigo 8.º da Constituição;
- d) extinguiria imediatamente a polícia política, a jurisdição de carácter político e as medidas de segurança;
- e) amnistiaria os presos políticos;
- f) instituiria, no prazo máximo de 18 meses, um regime constitucional;
- g) entregaria consequentemente o poder às autoridades legitimamente constituídas pela vontade nacional.

Que posição tomou o Partido em relação a este Movimento Militar?

Apesar de que as informações acerca dos seus chefes e das suas forças eram muito escassas, o Partido, por intermédio dum organismo unitário, tomou uma *posição de apoio* ao Movimento, *propondo* apenas algumas modificações ao seu Programa.

O Partido propôs, em primeiro lugar, que em vez do movimento militar, que o MMI se propunha levar a cabo, se estabelecesse no programa que se prepararia um movimento militar e popular. O Partido propôs, em segundo lugar, que ficasse estabelecido que a chefia do Estado e do governo não seria assumida apenas pela Junta Militar, mas por esta e pela Junta Nacional de Libertação, cabendo às duas a escolha do Governo Provisório. O Partido propôs, em terceiro lugar, que ficasse explícita a realização de eleições livres e que o prazo máximo de 18 meses fosse encurtado para um ano.

Quer dizer: demos os passos necessários para, independentemente duma ampla actuação de massas ou duma situação pré-insurreccional, *entrarmos em conluio e compromissos com um grupo de conspiradores militares para a realização dum «movimento militar e popular»*. Propondo que o movimento fosse «militar e popular» e não apenas militar, manifestamos claramente a intenção de assegurar, na parte que nos tocava, a participação popular no movimento. Tratava-se pois na vontade do Partido dum golpe militar com participação de grupos civis e de acções

civis, ou seja, um movimento com as características tradicionais dos movimentos revirralhistas.

Deve ainda sublinhar-se que, embora manifestando-nos dispostos a apoiar tal movimento, não fizemos qualquer proposição no sentido duma participação nossa na direcção do movimento. Isto é: aceitando a ideia de tal movimento para derrubar o fascismo, concordámos em que toda a sua direcção revolucionária ficasse a cargo duma Junta Militar, de cuja composição e natureza nada mais conhecíamos além do documento tornado público e de informações veladas de democratas da Junta Nacional de Libertação. O facto de termos, nestas circunstâncias, feito as citadas propostas de emenda ao programa do MMI, mostra que *aceitámos logo, facilmente, de braços abertos, sem quaisquer informações sérias e sem quaisquer garantias, a ideia dum golpe militar, preparado por gente que completamente se desconhecia.*

Procurou justificar-se a *nova posição* em relação ao golpe militar com a afirmação de que se tratava duma situação nova, dum golpe militar «de novo tipo», com *três características consideradas «novas»*: por surgir em continuidade duma ampla acção de massas, pelo facto de os seus dirigentes aceitarem o contacto e mesmo a colaboração do Partido (o que não é de todo exacto) e pelo facto de tal golpe se propor satisfazer algumas das aspirações fundamentais do povo português e a realizar-se e a triunfar servir efectivamente os interesses do povo português. A verdade é que nenhum destes aspectos é novo na história dos golpes militares em Portugal. Eles constituem, ao contrário, a sua própria tradição, as características que (com pequenas diferenças de pormenor) o golpe militar, quando apresentando alguma viabilidade, tem tomado em Portugal. Assim foi em 1945, assim foi em 1947, assim foi em 1949. Entretanto, foi nessa afirmação de que se tratava de um golpe militar de «novo tipo» que se fundamentou a «nova posição» em relação ao golpe.

Até muito recentemente, a Direcção do Partido, embora afirmando que as concepções golpistas existiram largamente na classe operária e nas massas e mesmo em camaradas isolados, recusou-se a reconhecer que a própria Direcção se tivesse deixado influenciar fortemente pelas ilusões golpistas nos anos 1958-59. Mas o próprio facto de, por um lado, se reconhecer que tais ilusões predominaram largamente nas forças democráticas e nas massas populares e se espalharam no próprio Partido, e se ter, por outro lado, feito silêncio em relação às influências golpistas, ter-se afirmado e insistido que não havia tendências golpistas a combater, que a velha maneira de considerar os golpes militares tinha sido ultrapassada, mostra bem que a Direcção do Partido não se limitou a considerar, duma forma fria e realista, a viabilidade dum golpe militar, mas que ela própria foi influenciada pelas ilusões golpistas. *A defesa feita durante anos da abstenção da luta ideológica contra as concepções e ilusões golpistas e os seus efeitos prejudiciais são um claro produto da influência nociva das concepções golpistas no seio do Partido e da sua própria Direcção.*

Aquilo que fundamentalmente caracterizou a «forma nova» de encarar o golpe militar não foi a aceitação da sua possibilidade em condições determinadas (essa é a «velha forma» de o encarar), mas a justificação, com a afirmação de tal possibilidade, das ilusões golpistas e da subordinação da orientação e actividade do Partido a essas ilusões.

A fraqueza do Partido quanto ao golpe militar tem sido, ao longo da sua história, combater o golpe enquanto ele não aparece no choco e apoiá-lo directa ou indirectamente, quando ele aparece. Combate-se quando não constitui problema e aceita-se quando constitui.

Em princípios de 1958, não se sabendo de qualquer golpe em preparação, o Partido combatia o golpe na sua imprensa (*Avante!* de Janeiro de 1958). Depois a preparação dum golpe militar passou a ser um facto. O Partido deixou de combater o golpe militar e, pelo contrário, estimulou-o até ao fracasso do golpe em Março de 1959 e aos posteriores reveses dos conspiradores. Só quando o golpe militar deixou de novo de ter actualidade, só quando os núcleos de conspiradores militares foram desarticulados, o Partido retomou novamente os seus ataques contra as concepções golpistas.

Ao longo da história do Partido têm-se sucedido os casos em que o Partido procede em relação ao golpe militar como o vicioso que combate o tabagismo quando não tem tabaco e fuma desalmadamente quando o tem.

(continua)

Pelo Socialismo

Questões político-ideológicas com atualidade

<http://www.pelosocialismo.net>

*Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/18*

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

*[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 5 e 6]*

[...]

5. A «desagregação irreversível» e a «política de transição»

As concepções da «desagregação irreversível» não são novas no nosso Partido.

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a alteração da correlação de forças a favor do socialismo e da democracia e a derrota do fascismo na guerra levaram (nas ideias de alguns camaradas) à crença de que o regime fascista se estava a decompor e a desagregar irremediavelmente. Na ideia desses camaradas, a queda da ditadura fascista resultaria em larga medida dum processo automático, que as acções de massas poderiam quando muito estimular e apressar. Foi a tendência direitista e oportunista que ficou sendo conhecida no nosso Partido pela «política de transição»^(3º).

As alterações na correlação de forças em anos mais recentes, favoráveis ao socialismo e desfavoráveis ao capitalismo e à reacção, facilitaram o aparecimento de concepções semelhantes. Foi a «desagregação irreversível».

A concepção da «desagregação irreversível» foi a reposição da «política de transição» nas novas condições dos anos 1956-59.

A partir de 1956, as concepções da «política de transição» foram-se infiltrando na orientação do Partido, primeiro timidamente e em aspectos parcelares, depois ganhando pouco a pouco importância e influência e acabando por ser as concepções dominantes na orientação política e tática do Partido. Tais concepções, que em 1945-48 o Partido havia caracterizado como um desvio direitista e oportunista, reapareceram e ganharam posição preponderante sem qualquer oposição de vulto. Quase se pode dizer que a «desagregação irreversível» foi a «política de transição» tornada política oficial do Partido.

Estudando a «desagregação irreversível» e a «política de transição» encontra-se *uma quase identidade nos aspectos fundamentais*:

Conforme se sublinhava no Relatório político do CC ao 2.º Congresso Ilegal, os camaradas que defendiam a «*política de transição*» apresentavam explicitamente dois caminhos: 1.º *Provocar a desagregação do governo no regime de transição*; 2.º *Levar a cabo um golpe militar*. Nesse Relatório salientava-se que «nem outros caminhos podiam apresentar, uma vez que excluía o levantamento em massa da nação». *Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível»*. Excluído o levantamento nacional, foi-se levado a ver os mesmos dois caminhos, pelo apoio a um e a outro, e pela colocação do primeiro como objectivo da actuação política do Partido.

Quais as directrizes que os defensores da «política de transição» propunham para atingir os seus objectivos?

Segundo a «política de transição», «O Partido devia deixar de falar e agir para a movimentação geral do povo português, para a revolução nacional antifascista, e *devia fundamentar toda a sua tática na acção para a desagregação do fascismo, donde resultaria a queda doce, suave, de Salazar e um governo de transição*»²³⁴. *Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível»*. O mesmo objectivo fundamental da «desagregação do regime» e a mesma queda «doce», agora chamada «pacífica».

Segundo a «política de transição» (como se diz no mesmo relatório) «essa desagregação devíamos procurá-la»:

a) «declarando aceitar um governo embora com elementos do fascismo que realize um programa mínimo»²³⁴ (precisamente o mesmo se fez na «desagregação irreversível»);

b) «criando a ideia de que o fascismo está a ceder, animando assim as massas, criando o pânico entre os fascistas, e orientando toda a propaganda na imprensa e em diligências pela ideia da possibilidade duma “saída doce”»²³⁴ (substitua-se «saída doce» por «solução pacífica» e temos a «desagregação irreversível» num dos seus aspectos mais característicos);

c) «apoiando no Conselho Nacional tudo o que tenda a tranquilizar e mobilizar os não-salazaristas, mesmo os fascistas»²³⁴ (essa preocupação foi também dominante na «desagregação irreversível». O próprio Programa do Partido aprovado no V Congresso enferma da mesma preocupação);

d) «não falando em movimentos populares, em insurreição, em ataque, etc.»²³⁵ (com pequenas diferenças de tonalidade, o mesmo se verificou na «desagregação irreversível»);

²³⁴ Ver a presente edição, tomo I, p. 509. – 555, 558, 559.

²³⁵ Ver a presente edição, tomo I, pp. 509-510. – 559.

e) «orientando as lutas nas empresas de forma a que, em nenhum caso, “o patrão e os empregados não-fascistas se aterrorizem e estejam contra os operários que lutam”»²³⁶. (Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível». No artigo do camarada João «Acerca da possibilidade de uma solução pacífica», publicado em *O Militante* de Outubro de 1958, diz-se que devíamos orientar a acção do Partido de forma a que «a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista». A fórmula é diferente. A substância é a mesma.)

No II Congresso Ilegal salientou-se que também o Partido se declarava disposto a apoiar as medidas democráticas dum governo que resultasse duma revolução de palácio; que também o Partido valorizava as vitórias populares e realçava os recuos do fascismo; que também o Partido procurava tranquilizar e atrair os elementos conservadores; que também o Partido (diz-se no Relatório político) «*acelera o processo de desagregação do fascismo*»²³⁶.

Mas a grande e irreconciliável diferente entre a linha do Partido e a «política de transição» era então claramente apontada:

«Ao passo que o Partido vê na desagregação do fascismo uma condição favorável e necessária para o levantamento nacional, segundo a “política de transição”, o Partido *deveria colocar como finalidade da sua actuação provocar a desagregação do governo de Salazar* no regime de transição (os nossos camaradas dizem: preconizar a desagregação do fascismo).» «*Para o Partido as lutas de massas são o caminho para o levantamento nacional; segundo a “política de transição”, as lutas de massas são o caminho para a desagregação do fascismo.*»²³⁷

Como se vê, ao caracterizar-se aqui a «política de transição» parece estar a falar-se da «teoria» da «*desagregação irreversível*». Segundo esta «teoria», também se insistiu em «*trabalhar para a desagregação do regime*» como forma para a solução pacífica do problema político português, também se insistiu em que «é o desenvolvimento das acções de massas que acelera a desagregação do salazarismo» (ver *Avante!* e, entre outros documentos, o Informe do camarada João sobre problemas de organização ao V Congresso).

A «desagregação irreversível» reconduziu em cheio ao Partido, um pouco actualizada e como orientação do Partido, a «política de transição», que o 2.º Congresso Ilegal muito justamente caracterizara como um desvio direitista e oportunista.

A «desagregação irreversível» animou ilusões legalistas que tinham sido uma das características da «política de transição». Estimulou as ilusões golpistas que tinham sido outra característica da «política de transição». Tendia a colocar o Partido na cauda dos movimentos espontâneos, tal como aconteceu com a «política de transição». Significou o apagamento do papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido no movimento democrático nacional e conferiu efectivamente a hegemonia e a direcção efectiva do movimento antifascista à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo, tal como pretendia a «política de transição».

²³⁶ Ver a presente edição, tomo I, p. 510. – 559.

²³⁷ Ver a presente edição, tomo I, p. 511. – 560.

A reposição é tão nítida que dir-se-ia não oferecer qualquer discussão a aproximação entre uma e outra. O certo é porém que, quando camaradas ousaram filiar algumas das concepções políticas posteriores a 1957 na «política de transição», foram fortemente combatidos e a sua opinião considerada como manifestação de menos confiança no CC, no Partido e na classe operária. Entretanto tinham razão.

Cabe perguntar porque foram de forma tão terminante apagadas as vozes que tentavam fazer o confronto. Por várias razões, entre as quais avulta o convencimento da justeza dos termos da solução pacífica. Mas também aqui encontramos a posição, que em certo momento foi regra, de fazer esquecer o «passado» para fazer sobressair o «presente». No mesmo momento em que se reintroduz no Partido, e agora como linha do Partido, este desvio oportunista, afirma-se que só então o Partido «começa a atingir verdadeiramente a sua maioria política» (Informe de João sobre problemas de organização ao V Congresso).

Não é por acaso que o ponto de partida para a nova linha da solução pacífica e da desagregação do regime como objectivo da acção do Partido foi dado por um camarada (Ramiro) que havia sido o mais destacado defensor da «política de transição». Esse camarada teve uma influência preponderante na adopção pelo Partido dos conceitos fundamentais da «política de transição», escondidos sob a capa da «solução pacífica». O «folheto de Outubro», elaborado por esse camarada, foi considerado como reflectindo um desvio de direita. Mas a verdade é que a orientação política e tática adoptada posteriormente pelo Partido enfermou dos erros políticos fundamentais do «folheto de Outubro» e de certa forma os ampliou e agravou.

6. A jornada nacional pacífica para a demissão de Salazar e a possibilidade duma greve geral política

Em Fevereiro de 1959, num momento em que o golpe militar estava em franca preparação, a Comissão Política, num manifesto, insistiu na solução pacífica e salientou que «as forças armadas devem pôr-se ao lado do povo para expulsar Salazar do poder». Pronunciou-se contra a «solução *exclusivamente militar*» (é muito característica esta expressão «exclusivamente militar»), sublinhou que «a acção militar deve integrar-se na movimentação geral da Nação» e preconizou a «*coordenação das lutas civis e militares*». É de admitir que a *Campanha Nacional para a Demissão de Salazar*, iniciada por democratas de Braga, Porto, Viana e Lisboa, se inserisse no mesmo plano de conjugação civil e militar. O golpe militar em preparação gorou-se porém em Março de 1959. Uma acção civil e militar coordenada deixava de se oferecer como uma perspectiva imediata para o afastamento de Salazar do poder. Foi nessa situação que a Direcção do Partido lançou a palavra de ordem, não apenas da Campanha para a Demissão de Salazar, mas da *Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar*.

A Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar foi considerada como o remate de amplas acções de massas encaminhadas nesse sentido. Deveria ser «*um estádio superior*», o «*coroamento*», a «*expressão máxima*» da Campanha para a Demissão de Salazar (*Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959). Considerava-se que essa Jornada poderia não só abalar profundamente a ditadura fascista, como *forçar Salazar a sair do governo*. A Jornada Nacional Pacífica era de certa forma colocada

como a solução pacífica do problema político português, como a acção decisiva destinada a pôr termo à ditadura fascista e a instaurar as liberdades democráticas em Portugal.

Em que consistia a Jornada Nacional Pacífica? Tratava-se de uma grande acção popular, da conjugação de acções de massas variadas (*Avante!* de Junho de 1959), em que *a greve geral política teria decisiva importância*. No decurso dessa greve, «a Nação intimaria Salazar a largar o poder». À greve geral política atribuía-se a função específica de «paralisar a acção de Salazar e da sua camarilha» (Manifesto do CC de Julho de 1959; *Avante!* de Agosto de 1959).

Esta consigna foi colocada em Maio de 1959 como *consigna central*. Ainda segundo o manifesto do CC de Julho, a Jornada Nacional deveria ser o

«coroamento da campanha actualmente em curso, deverá constituir o objectivo imediato da luta de toda a oposição e *para ela deveremos canalizar todas as nossas energias*».

Afirmou-se *existirem «todas as condições objectivas para organizar e desencadear tal jornada num prazo de tempo relativamente curto»*.

Isto dizia-se em Julho. Entretanto, logo *em Agosto esta consigna foi praticamente abandonada* sem que se tivesse sequer esboçado a sua preparação e realização. Qual a razão deste fracasso?

Antes de mais interessa salientar que nunca até à reunião do CC de Março de 1961 a Direcção do Partido tinha feito uma análise crítica dessa orientação e acção. Em relação a ela, como em relação à generalidade dos seus insucessos nos últimos anos (Mínimo Vital, Acção Nacional dos trabalhadores, etc.), a Direcção remeteu-se ao silêncio, sem sentir necessidade de estudar a razão do insucesso e tirar daí todas as experiências para si, para o Partido e para a classe operária e as massas populares. Isto deu-se porque, nos anos 1957-59, a autocritica deixou de ser uma prática viva e diária na actuação do CC, porque na nossa Direcção ganharam raízes os hábitos de ocultar os erros, como de exagerar os sucessos, julgando assim aparecer perante o Partido e as massas como uma Direcção mais capacitada, menos susceptível de errar. É pelo menos estranho que isto tenha sucedido precisamente quando se conduzia uma «luta contra o culto da personalidade» existente... «no passado». O tempo passou, mas essa análise crítica e autocritica é ainda necessária, melhor, imprescindível.

A ideia da Jornada Nacional surgiu como consequência de toda a estimação da correlação de forças no país e de toda a situação política. As ideias de que as forças anti-salazaristas eram «incomparavelmente mais fortes» do que as forças da ditadura fascista, de que o regime estava a desagregar-se irremediavelmente, «abria fendas por todas as aduelas», abria «brechas profundas impossíveis de se soldar de novo» (*Avante!* de Março de 1959), de que se verificava um «poderoso ascenso de lutas da classe operária» e de que «a nação inteira [...] se pronuncia abertamente contra a permanência no poder de [...] Salazar» (*Avante!* de Abril de 1959²³⁸), de que se vivia um «novo auge revolucionário» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959), de que «a

²³⁸ N.º 274, da 1.^a quinzena de Abril de 1959. – 562.

actual situação política portuguesa permite já que seja mais fácil, mais possível, recolher assinaturas a pedir a demissão de Salazar do que a apoiá-lo» e de que «tal facto (...) define bem a desagregação dum regime fascista» (artigo de Carlos em *O Militante* de Julho de 1959) — tais ideias mantinham a crença num fácil e pacífico derrubamento da ditadura fascista.

A Jornada Nacional fracassou sem se ter entrado sequer na sua preparação pela razão de que eram incorrectas todas estas apreciações acerca da situação política em que se baseava a ideia da sua viabilidade, porque se fundamentava a esperança na queda da ditadura na evolução das condições objectivas e não no poder actuante das forças democráticas, porque se esperava a «desagregação irreversível» do regime, porque se não teve em conta que, para preparar e realizar jornadas nacionais e sobretudo uma acção que conduza ao derrubamento da ditadura, se necessita de ter uma organização e quadros à altura, e não dispúnhamos nem de uma coisa nem de outra.

A Jornada Nacional não foi encarada porque a evolução da situação política e das lutas de massas indicassem caminhar-se nesse sentido, mas porque se procurou *elaborar no gabinete*, na base de ideias feitas, na base da tomada de desejos por realidades, uma solução pacífica do problema político português.

Julgou-se que seria bastante, para que tal Jornada pudesse ter lugar e ser bem sucedida, que as forças democráticas (melhor: os dirigentes democráticos) estivessem de acordo com a ideia, fixassem a data e estabelecessem um plano para a sua realização. E por isso se colocava como tarefa entrar «imediatamente» em acordos com outras forças democráticas para a preparação da Jornada.

Nem o movimento de massas se desenvolveu dentro do que se pretendia nem se chegaram a esboçar os acordos e os preparativos. Dessa forma, *uma consigna central do Partido, indicando a mais importante e decisiva acção para o derrubamento da ditadura, foi pura e simplesmente posta de lado*.

Assim como apareceu, assim desapareceu.

Se se tivesse então feito uma análise da acção do Partido em relação à palavra de ordem da Jornada, se se tivessem estudado as suas causas, as circunstâncias em que teve lugar, as razões por que foi colocada e por que não foi bem sucedida, poderiam ter sido rectificadados alguns aspectos de apreciação da situação política e da orientação do Partido. Ter-se-ia concluído necessariamente que na linha política e tática do Partido havia erros graves que careciam de urgente rectificação. A falta de espírito autocrítico atrás apontada, a recusa a analisar essa acção, tornaram possível que se insistisse ainda durante muito tempo numa apreciação divorciada das realidades, que se não tirassem as lições do fracasso da Jornada e se persistisse numa orientação menos correcta.

Na ideia da Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar, na qual uma greve geral política teria um papel determinante, o nosso Partido foi influenciado pela orientação dum Partido irmão.

A transplantação duma forma mecânica para as condições portuguesas de consignas lançadas em condições diversas existentes noutros países comporta graves perigos. A

orientação política dum Partido Comunista tem de ser traçada na base da análise da situação política existente no seu país. Cada Partido Comunista tem como missão estudar, investigar, descobrir, definir, as condições específicas do seu próprio país, as características peculiares da situação política nacional e definir em relação a elas a linha política, as suas palavras de ordem. Só assim fazendo pode dirigir correctamente a luta do seu povo e conduzi-lo à vitória. Embora, numa conjuntura internacional determinada, haja em diversos países pontos comuns, semelhanças de situação e de aspectos económicos e políticos, há sempre traços distintivos essenciais. E se, nas palavras de ordem estratégicas, é mais fácil verificar-se uma identidade entre países diversos, o mesmo não sucede com as palavras de ordem tácticas. Aqui, para serem justas, têm de responder a uma situação nacional determinada num momento determinado e não podem por isso ser a cópia das palavras de ordem lançadas noutros países em condições diversas.

Isto não significa que não se deva estudar e aproveitar a experiência de outros Partidos. Elas constituem uma riquíssima contribuição para a actividade do nosso Partido. Mas, para que possam constituir tal contribuição, devemos, como ensinou Lênine, «assumir uma atitude crítica em face dessa experiência e comprová-la por nós mesmos» (*Que Fazer?*²³⁹). De contrário, as palavras de ordem do Partido não se podem ajustar à realidade da nossa situação nacional e o nosso povo nem as compreenderá nem as seguirá. Se o Partido, a vanguarda (por uma questão de confiança e disciplina) as segue, corre o risco de se isolar da classe e das massas e de caminhar para o fracasso.

Quando se adoptou a consigna da Jornada Nacional Pacífica, em termos que a aproximavam da «greve nacional pacífica», como via para o derrubamento do fascismo, *copiou-se mecanicamente a consigna dum Partido irmão sem se ter em conta a realidade portuguesa*²⁴⁰. O resultado tinha de ser o insucesso.

Na situação política portuguesa existente na altura, não era correcta a consigna da Jornada Nacional Pacífica, nem o seria a duma Greve Geral Pacífica.

Por um lado, o Estado fascista, embora enfraquecido nos últimos anos em virtude de factores internos e externos, está longe de «meter água por todas as aduelas». Está roído de contradições. Mas possui ainda uma poderosa máquina repressiva, bem armada e bem treinada, e conta com comandos facciosos e com numerosos quadros fascistas em todo o aparelho do Estado.

Por outro lado, o movimento revolucionário está longe de atravessar «um novo auge». Desde o grande momento das «eleições» presidenciais de 1958, o povo português não deixou mais é certo de dar tenaz combate à ditadura fascista. Mas,

²³⁹ Cf. VILOE3, t. 1, 1977, p. 97. - 564.

²⁴⁰ O documento fundamental no qual se revela a identidade de pontos de vista entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha é o comunicado conjunto dos dois partidos de Novembro de 1958, no qual se afirma que «Ambos os partidos irmãos consideram que, com a luta unida das massas populares, com unidade das forças de oposição, é possível pôr fim às ditaduras de Salazar e Franco por meios pacíficos, sem a guerra civil.» No contexto da rectificação do desvio oportunista de direita, a declaração conjunta dos dois partidos de Abril de 1961 (publicada no *Avante!*, n.º 301, de Junho de 1961), a tónica será posta na «luta independente, com tácticas e métodos próprios», conduzida por cada um dos partidos. - 564.

depois dos gloriosos combates de meados de 1958, entrou-se num período de refluxo do movimento revolucionário de que só muito recentemente se começou a sair.

Num Estado fascista, fortemente centralizado e militarista como é a ditadura fascista em Portugal, uma solução pacífica só pode ter lugar se se opera brusca e radicalmente um desequilíbrio de forças a favor da democracia. Fora duma tal situação, cuja eventualidade e momento são imprevisíveis, o governo dispõe de forças armadas que pode opor ao movimento popular, com tantas mais possibilidades de êxito quanto mais pacífico este for.

Alguns camaradas têm uma ideia simplista acerca duma greve geral política e da sua preparação. Uma greve geral política não se decide apenas por conluíus entre dirigentes, a frio, sem um movimento de massas que conduza a ela. A perspectiva duma greve geral política a curto prazo não se pode prever se não há anteriormente um grande número de índices de aceitação pelas massas da ideia da greve. Num Estado fascista, uma greve nacional política pressupõe um estado de revolta e de profunda indignação popular, pressupõe um treino das massas na luta e nos choques com as forças repressivas, que não lhes pode ser dado por simples propaganda, por manifestos e tarjetas, por muitos milhares de exemplares que se distribuam. Entretanto, a ideia da facilidade foi ao ponto de, até num documento da Comissão Política, se falar em «greves gerais políticas» (no plural) como possível forma de luta aberta contra o salazarismo (Documento de Fevereiro de 1959).

Alguns camaradas têm também uma ideia simplista da intervenção das forças armadas ante uma greve geral política. Como supõem que agiriam as forças armadas no caso duma Jornada Nacional Pacífica contra o governo fascista, em que se destacaria uma greve geral política? Alguns camaradas supõem que, dada a «desagregação» do regime, no caso duma tal Jornada e duma tal Greve, as forças armadas sairiam dos quartéis para confraternizar com o povo. Assim cairia pacificamente a ditadura fascista.

Definir e pretender entrar na preparação imediata duma greve política nacional como forma de derrubamento pacífico do fascismo, quando se não atravessa um momento grave da crise política, quando não há greves parcelares importantes, quando a luta de massas não adquiriu amplitude nacional, quando não há defecções, motins, revoltas nas forças armadas que permitam esperar uma confraternização com o povo trabalhador no caso de serem lançadas contra este, não é fazer política marxista-leninista: é idealismo, é verbalismo, é fazer esquemas divorciados da vida. Mais ainda: *é indicar um caminho errado ao povo, é lançá-lo confiante e de peito descoberto contra as espadas bem afiadas das forças repressivas.* Alimentar nos trabalhadores a ideia de que, a um grande movimento nacional pacífico compreendendo uma greve geral política, o governo fascista não responderia com uma repressão violenta, seria iludir e enganar os trabalhadores, seria uma política aventureirista e, de certa forma, demagógica.

Afirmar que a via para o derrubamento duma ditadura fascista é uma via pacífica e que essa via consiste numa Greve Nacional Política e na confraternização subsequente das forças armadas com o povo trabalhador é apenas um esquema ou uma receita com todos os defeitos dos esquemas e das receitas. As revoluções não se

fazem com esquemas ou receitas que indicam de antemão o peso de cada ingrediente e o momento em que se misturam. O esquema poderá estar muito bem feito, mas não responde a algumas perguntas: E o inimigo? Com que forças conta? O que poderá ele fazer? O que fará? A estas questões vitais não responde o esquema. Passa completamente por cima das possibilidades e forças reais do adversário. É como se não existisse esse adversário, como se não existisse um aparelho fascista do Estado, como se o governo não dispusesse de armas, de quadros, de determinação. A greve política, geral e pacífica, seria declarada, seria decretada, as forças armadas viriam confraternizar para a rua e a ditadura fascista cairia assim mansamente, sem efusão de sangue. Os camaradas que assim pensam, poderão talvez julgar que pensam como marxistas-leninistas. Mas não. Estas ideias encontram as suas verdadeiras raízes em concepções anarquistas do século passado, em concepções acerca do papel da greve geral muito próximas das dos bakuninistas.

Mas pergunta-se: Ao terem-se tais esperanças numa Jornada e Greve Nacional Pacífica com confraternização das forças armadas, com que se conta afinal? Aqui entra a chave do problema. É que os camaradas que assim colocam o problema *contam principalmente para a vitória não com a força, a capacidade e a organização do povo para vencer e destruir o aparelho do Estado fascista, mas com a desagregação completa desse Estado, que têm já por uma realidade, e por vezes como aspecto dessa desagregação, com um golpe ou pronunciamento militar.*

A ideia da greve geral política, de carácter pacífico, como elemento decisivo e de certa forma independente para a solução pacífica do problema político português veio-se formando desde 1956. No Programa aprovado no V Congresso em 1957, diz-se que acções de massas «poderão culminar, por exemplo (sic), com *uma greve geral política que, paralisando a acção do governo, poderá tornar assim possível a conquista da democracia e da liberdade por meios pacíficos*» (p. 10). Que quer dizer uma greve geral política *paralisar* a acção do governo? Parece compreender-se que a paralisaria, impedindo o governo de pôr em acção o aparelho do Estado, de mobilizar as suas forças, de as concentrar nos pontos essenciais, de as levar ao ataque contra o povo em greve. Admitamos que assim sucederia. A greve geral «paralisaria» a acção do governo. E depois? Como se conquistaria pacificamente a liberdade e a democracia? O governo «paralisado» concedia uma e outra? Ou a Oposição, aproveitando a «paralisia», lançava-se ao assalto ao poder? A isto não foi respondido explicitamente e entretanto era esta a questão fundamental para se abrir a perspectiva para o derrubamento do fascismo. Não se respondeu explicitamente. Mas toda a teoria da «desagregação irreversível» respondeu implicitamente: *A greve geral política, «paralisando a acção do governo», possibilitaria a acção dos conspiradores militares ou duma fracção que se separasse do regime.*

No *Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959 diz-se que a Jornada Nacional para a Demissão de Salazar «poderá assumir a forma duma *greve geral política, no decurso da qual a nação (?) intimará Salazar a largar o poder*». «A Nação intimará», diz-se. Mas quem agirá em seu nome? As forças políticas democráticas que declararam a Jornada e a Greve? Os comandos militares? A isto não se respondeu. E se Salazar disser que não? Se intimado, não largar o poder? A esta questão vital não se respondeu explicitamente. Não se considerou que, *intimado Salazar a largar o poder, caso Salazar recuse, ou se desiste, ou há que forçá-lo a largá-lo.* A «intimação

da Nação» precisa de ter força para impor-se. Não se respondeu explicitamente a esta questão. Mas toda a teoria da «desagregação irreversível» respondeu implicitamente: *Os porta-vozes da «intimação da Nação» para que Salazar largasse o poder seriam os conspiradores militares ou uma fracção que se separasse do regime.* Eles teriam a força para impor a intimação.

O nosso Partido de certa forma encarou a greve geral política como uma forma «independente» de luta, como capaz de por si provocar a mudança do regime. Mas, nas condições duma ditadura fascista, a greve geral política não pode ser uma arma independente e absoluta. Se o Estado fascista se mantém, o seu aparelho militar sufoca a greve geral. Se uma parte das forças armadas se junta ao povo e outra parte o combate (e não é de presumir que o governo fascista não conte *seguramente* com importantes unidades militares), a evolução mais provável não é para uma saída pacífica mas para um choque armado, para uma acção insurreccional. *Para que através duma greve geral política possa impor-se o derrubamento da ditadura fascista é necessário que ela se converta num levantamento nacional e, caso se imponha, numa insurreição armada.*

(30) Neste texto datado de Dezembro de 1948, Álvaro Cunhal faz uma análise da autocrítica de *Ramiro* (pseudónimo de Júlio Fogaça), apresentada no mês anterior. Sobre a política de transição, tema desta análise, ver tomo I da presente edição, p. 309 e nota (157), assim como o presente tomo, pp. 235-236 e pp. 558-561 – 73, 558.

(continua)

Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/24

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra (mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 7 e 8]

[...]

7. Solução pacífica ou levantamento nacional?

Se se fala na eventualidade duma solução pacífica, interessa definir em que pode consistir tal solução. Dizer que uma solução pacífica é aquela que se dá «sem guerra civil» é conceito demasiado amplo. Uma insurreição armada não pressupõe necessariamente uma guerra civil, nem na maioria dos casos é acompanhada por esta. Dizer que uma solução pacífica é aquela que se dá «sem efusão de sangue» é também um conceito demasiado impreciso. Uma vitória eleitoral que resolva o problema político dum país, por exemplo, é uma via pacífica e, entretanto, pode verificar-se «com efusão de sangue».

Em que consiste então a solução pacífica? Parece poder definir-se uma solução pacífica como *aquela que se dá sem um choque armado violento*.

Se uma solução pacífica do problema político português pode ser o resultado da luta popular, que condições seriam necessárias para que se pudesse verificar? Como afirmar que o movimento popular possa derrubar um governo fascista (um governo que possui um poderoso aparelho do Estado) sem se produzir um choque armado violento?

Para que uma solução pacífica pudesse ter lugar em resultado do movimento popular, seriam necessárias fundamentalmente *duas condições: Primeira*, o desenvolvimento do movimento democrático a pontos de aparecer como irresistível aos olhos de governantes e governados; *Segunda*, o enfraquecimento do Estado fascista a pontos de o seu aparelho repressivo se revelar inoperante. Qualquer destas duas condições, por si só, não bastaria. Se o movimento democrático se torna irresistível, mas o aparelho do Estado continua operante, ser-se-á conduzido a um choque armado violento. Se o aparelho do Estado se torna inoperante, mas o movimento democrático está em atraso, se as forças democráticas não conduzem uma acção decisiva e

audaciosa, a ditadura fascista pode recompor-se das suas dificuldades. As duas condições são necessárias em conjugação uma com a outra. Por outras palavras: uma solução pacífica resultante do movimento popular pressupõe uma grave crise política com um súbito desequilíbrio das forças em presença.

Se, no decurso duma crise e no decurso de grandes lutas de massas, é possível admitir e prever esse súbito desequilíbrio, já não é possível prevê-lo à distância. Esse súbito desequilíbrio, a conjugação *num momento* das duas condições depende, numa ditadura fascista, de tantos e tantos factores que se não pode afirmar à distância: a luta de massas conduzirá a uma solução pacífica.

Têm-se apresentado diversas possibilidades de pôr termo à ditadura fascista por via pacífica.

A primeira seria o triunfo da Oposição pelo jogo das instituições constitucionais.

Que possibilidades oferece a Constituição fascista duma alteração legal do regime? Duas até há pouco: a eleição do Presidente da República, por caber a este designar o Presidente do Conselho, e a eleição da Assembleia Nacional, por poder esta ter poderes constituintes. Depois das grandes lutas populares quando das «eleições» presidenciais de 1958, Salazar, prudentemente, eliminou o sufrágio directo do Presidente da República, eliminando assim também essa possibilidade legal e constitucional duma alteração da situação política. Ficou a possibilidade da eleição para a Assembleia Nacional. Entretanto, esta «possibilidade», que a Constituição estabelece, está longe de ser uma possibilidade real e efectiva, uma vez que o governo fascista se caracteriza precisamente por não respeitar a sua própria Constituição e as suas próprias leis, precisamente porque o governo fascista não respeita a manifestação da vontade nacional, não permite a actuação das forças da Oposição e não realiza quaisquer eleições dignas desse nome, mas apenas burlas «eleitorais» (baseadas em recenseamentos falsificados, na proibição da fiscalização, na falsificação das votações), impostas pela acção violenta e terrorista das forças repressivas. A Assembleia Nacional nem de longe nem de perto se pode comparar com qualquer Parlamento dum país de democracia burguesa. A Assembleia Nacional é uma assembleia fascista designada através duma mascarada de eleições, sem poderes efectivos de governação, dócil instrumento do poder executivo ou, mais concretamente, de Salazar.

Admitir que a via pacífica para o derrubamento da ditadura poderia adquirir a forma duma simples vitória eleitoral sem que a força do movimento popular impusesse, primeiro um mínimo de seriedade, depois o respeito pelo resultado, seria fechar completamente os olhos à realidade, seria ignorar a natureza do Estado fascista e da política do seu governo, seria criar ilusões legalistas e constitucionais, seria iludir-se e iludir o povo português.

Outra forma de solução pacífica que se tem apresentado seria a substituição do governo com alterações profundas e sucessivas da sua política sob pressão popular.

Ideias duma liberalização do regime têm sido defendidas, tanto como objectivos parciais de luta (pelo Partido Comunista), como forma de transformação do regime (por certos liberais e católicos). Não está descartado que reformas liberalizadoras

possam vir a ser realizadas pelo próprio governo pelas imposições da situação nacional e internacional e, particularmente, pela pressão do movimento democrático. Mas nem um tal processo se pode ter como provável nem se pode afirmar que a conquista de reivindicações políticas parciais se possa suceder até uma real transformação do regime. Pode admitir-se que a amplitude do movimento popular, acompanhada pelas dificuldades no campo salazarista, conduza a uma situação em que as próprias esferas dirigentes procurem uma saída em reformas «liberalizadoras». Essa saída «deles» não pode porém colocar-se de forma alguma como a saída nossa, como a saída das forças democráticas, como o objectivo político destas.

Uma terceira forma de solução pacífica seria um pronunciamento de comandos ou da oficialidade.

A política militar do governo fascista, a persistente, metódica e violenta depuração e reorganização dos comandos, a entrega dos altos cargos e de praticamente todos os lugares de confiança a fascistas de velha data, homens educados na Legião, no exército de Franco, nas academias militares de Hitler e Mussolini, limitam as possibilidades dum pronunciamento de comandos ou da oficialidade. Embora não seja de excluir que, em determinadas circunstâncias, comandos hoje afectos ao regime se decidam a uma acção para substituir o governo, essa não pode também considerar-se a nossa solução, o objectivo político das forças democráticas.

A existência ou não existência de condições para uma solução pacífica podem variar num curto espaço de tempo. Nas presentes condições duma ditadura fascista, não se pode colocar a via pacífica para o seu derrubamento como a saída mais provável e mais viável. O súbito desequilíbrio atrás referido pode surgir em determinada conjuntura, sendo então justo apresentar-se a viabilidade da solução pacífica. Logo porém que a conjuntura se modifica, não se pode insistir em afirmar essa viabilidade. Na revolução russa, Lénine colocou a possibilidade da via pacífica em Abril, ela foi considerada inviável em Julho, voltou a ser referida em princípios de Outubro, para em Novembro se desencadear a insurreição armada. A possibilidade ou não possibilidade duma solução pacífica não se pode considerar imutável ao longo dos anos. *Sob a dominação feroz duma ditadura fascista, a via pacífica para a democracia só em momentos muito especiais pode ser viável. Nas condições normais duma ditadura fascista essa via não é uma possibilidade real que se ofereça.*

Na luta do povo português nos últimos anos, *um momento houve em que tal possibilidade existiu de facto: em Maio-Junho de 1958.* As «eleições» presidenciais, com o súbito e grandioso ascenso do movimento popular e com as vacilações, hesitações e defecções que, ante esse ascenso, se verificaram no campo inimigo, tornaram momentaneamente possível uma solução pacífica. Mas a intensificação repressiva do governo nas duas últimas semanas da campanha «eleitoral», a burla «eleitoral» e, posteriormente a eliminação constitucional das «eleições» para a Presidência da República, afastaram essa possibilidade por um prazo mais ou menos curto, imprevisível de qualquer forma. Se, durante a campanha, foi justo admitir-se e insistir-se na luta por uma solução pacífica (neste caso a eleição dum Presidente da República da Oposição, imposta e defendida por uma poderosa acção de massas), a

partir da penúltima semana da campanha, com as violências e acções arbitrárias do governo e os preparativos repressivos e militares, e sobretudo a partir da burla «eleitoral», colocar a via pacífica como aquela que se oferecia ao movimento democrático para derrubar o governo foi uma orientação que não teve em conta as realidades. O mesmo se pode dizer quando, muito antes da campanha «eleitoral» e sem relação com ela, se colocava a solução pacífica como a mais viável.

Nada permite afirmar que o governo fascista aceitará, sem resistência armada, uma transição pacífica para a democracia e desistirá de utilizar contra o povo as forças armadas que, ao longo dos anos, tem preparado ideológica e tecnicamente para dominar pela força o movimento democrático. O contrário pode ser afirmado. Toda a política fascista mostra que *Salazar e a sua camarilha estão decididos a não entregar pacificamente o poder, estão dispostos a fechar os caminhos pacíficos para a democracia, estão decididos a opor-se pela violência mais brutal à manifestação livre da vontade da nação, a empregar as armas, a sufocar pelo terror o movimento democrático nacional, a afogá-lo em sangue no dia em que ele ponha em risco a sua existência*. Sendo isto assim, é isto mesmo que deve dizer o Partido à classe operária e às massas populares. O dever do Partido é desvendar claramente ante as massas a determinação do fascismo de se aguentar pela força no poder, de utilizar as armas para impedir o triunfo do movimento democrático, para impedir em Portugal a instauração da liberdade política.

É necessário educar metodicamente as massas na ideia de que, embora desejando uma solução pacífica e lutando por ela e embora atribuindo ao governo fascista a responsabilidade de eventuais choques violentos, o povo português e as forças democráticas se devem preparar para derrubar o governo fascista, *através do levantamento em massa da nação*. Essa orientação não afasta a possibilidade duma solução pacífica, antes pode fazer desta uma real possibilidade. A solução pacífica do problema político português será tanto mais uma possibilidade quanto menos ilusões se criem acerca da sua facilidade e viabilidade, quanto mais atentos estivermos à evolução política, quanto mais realistas formos na análise das dificuldades objectivas e subjectivas que defrontamos, quanto mais esforço for feito para vencer essas dificuldades, quanto mais audaciosamente encaminharmos as massas para as grandes lutas contra a ditadura fascista e quanto mais ganharmos as forças democráticas e as massas populares para a ideia de que, para derrubar o governo fascista, será necessário *o levantamento de toda a nação portuguesa*, que, é de desejar, imponha sem necessidade do recurso à violência a instauração das liberdades democráticas, mas que assumirá o carácter dum violento choque armado, caso o governo se lhe oponha pela violência. *Quanto mais o movimento popular ameace, pelo seu poder, derrubar (com a força se tal se impuser) a ditadura fascista, mais possibilidades há de surgirem condições para uma solução pacífica*. Nas condições presentes da ditadura fascista portuguesa não há melhor caminho para evitar um choque armado violento do que educar as massas na ideia de que o derrubamento do fascismo depende da amplitude e força do movimento popular, que este pode conduzir a um choque violento e que há que estar preparado para tal eventualidade.

O Partido deve insistir em que é seu desejo uma solução pacífica do problema político português e em que tal solução é possível em determinadas condições. Deve acompanhar atentamente a evolução da situação política e não desprezar quaisquer

possibilidades de resolver o problema político sem um choque armado violento. Mas não pode dizer: «a via pacífica é aquela que se apresenta. A ditadura fascista será derrubada sem um choque armado violento». Pode dizer-se que, nestes anos, o Partido referiu, de quando em quando, que a luta por uma solução pacífica não significava que não se pudesse vir a colocar a necessidade duma solução violenta. Mas a questão foi colocada ao invés do que seria correcto colocar-se. *Afirmou-se que a via era a solução pacífica, embora a insurreição popular não pudesse ser excluída* (artigo do camarada João em *O Militante* de Outubro de 1958). *Deve afirmar-se o inverso: que a via é o levantamento nacional, embora não seja de excluir a solução pacífica.* Devem alertar-se as massas contra as ilusões legalistas e constitucionais, contra a ideia de que o fascismo cairá de podre, contra a ideia de que o governo cederá sem resistência armada e violenta a um movimento popular que ameace a sua existência. Devem ganhar-se as massas populares para a ideia de que é a elas que cabe *derrubar* o fascismo e conquistar a liberdade política, que se devem preparar para duras batalhas e que a acção armada pode vir a impor-se. *Em vez de insistir na possibilidade e proximidade da solução pacífica por «desagregação irreversível» do regime, o Partido deve apresentar ao povo português e às forças democráticas, como caminho para o derrubamento do fascismo, o levantamento nacional. E um levantamento nacional vitorioso terá de adquirir a forma de poderosas manifestações de massas, incluindo eventualmente uma greve geral política, terá de contar com o apoio duma parte das forças armadas ou pelo menos da neutralidade de importantes sectores dessas forças e deverá ter como objectivo derrubar a ditadura pela força caso ela resista pela força.*

Para um levantamento nacional vitorioso, o problema das forças armadas adquire particular importância. É perigosa fantasia pensar que um movimento popular, por muito vasto e poderoso que seja, pode provocar o derrubamento da ditadura fascista se as forças armadas mantêm a sua coesão, unidade e combatividade ao serviço do governo fascista.

«O militarismo — ensinou Lénine — não pode, em circunstância alguma, ser vencido e destruído, senão pela luta vitoriosa duma parte do exército nacional contra a outra parte.» (*Conferência sobre a Revolução de 1905*²⁴¹.)

A ditadura fascista, essencialmente militarista, não pode ser derrubada se uma importante parte das forças armadas não a abandona, se uma importante parte dessas forças se não passa para a Oposição e se uma outra importante parte não acusa vacilações que impeçam a sua utilização pelo governo fascista.

O descontentamento nas forças armadas, o esclarecimento político de sectores importantes dessas forças, a organização democrática e partidária de oficiais, sargentos e soldados, a determinação duma parte para apoiar a participação no movimento nacional contra a ditadura fascista e a resistência de outra parte a servir para jugular tal movimento, são condições para um levantamento nacional vitorioso.

Quem pense dirigir um movimento vitorioso contra a ditadura fascista não pode limitar-se em confiar, em abstracto, nas futuras oscilações ou defecções nas forças

²⁴¹ Cf. V.I.Lénine, Oeuvres, ed. cit., t. 23, 1959, p. 269. — 572.

armadas do inimigo. Tem que desenvolver um trabalho sistemático, perseverante e audacioso de organização e agitação para a conquista de fortes posições nas forças armadas. Não se pode contar com que uma parte do exército, da marinha e demais forças se decidam espontaneamente a acompanhar o movimento popular. Conduzir um movimento popular a acções decisivas contra a ditadura contando com essa espontaneidade seria entregar os combatentes populares à fúria repressiva do inimigo. A actividade de organização e agitação nas forças armadas é uma tarefa de primacial importância para a condução dum movimento popular vitorioso contra a ditadura fascista.

Essa actividade de nenhuma forma deve ser guiada pela ideia de que caberá às forças armadas dar *um golpe* para derrubar a ditadura. Deve sim ser guiada pela ideia de que um levantamento popular suficientemente poderoso para derrubar a ditadura fascista tem de contar com a participação duma importante parte das forças armadas. Com esse trabalho não é um golpe militar que se tem em vista, mas assegurar a vitória ao movimento popular, criar condições para um levantamento nacional vitorioso.

8. Influências na política de unidade

O governo fascista de Salazar é o defensor e representante do capital monopolista (associado ao capital estrangeiro) e dos grandes latifundiários. Todas as demais classes sofrem a exploração do grande capital, dos grandes agrários e dos imperialistas estrangeiros. Todas elas estão interessadas no derrubamento da ditadura fascista e todas se devem unir com esse objectivo. A unidade dessas classes é a base social da frente anti-salazarista. Esta assenta entretanto na unidade da classe operária e nas alianças revolucionárias da classe operária com o campesinato e com os povos coloniais.

Quais as forças políticas que cabem na frente anti-salazarista? Cabem todos os partidos, agrupamentos e individualidades que representam os interesses das classes que se opõem ao poder dos monopólios. A unidade das forças políticas democráticas é a melhor garantia e o elemento motor mais poderoso da unidade anti-salazarista.

As concepções da solução pacífica assente na «desagregação irreversível» do regime fascista levaram a considerar o problema de forma diversa. Tornaram preocupação principal do nosso Partido durante alguns anos *não o estabelecimento e fortalecimento da unidade democrática e, na sua base, da unidade de todos os anti-salazaristas, mas desligar do governo elementos conservadores e fascistas descontentes, a fim de provocar a desagregação completa do regime.*

Desta forma, a concepção da solução pacífica resultante da «desagregação irreversível» do salazarismo teve importantes incidências na maneira de considerar os problemas de unidade contra a ditadura fascista. Abandonada a ideia de que cabe às forças democráticas derrubar o governo fascista e colocar no poder um governo democrático, para se acreditar que a ditadura fascista estava prestes a «cair» em virtude da sua completa desagregação, deu-se durante muito tempo mais importância à posição dos fascistas descontentes e de elementos mais conservadores do que à actuação dos democratas mais consequentes, que é entretanto a decisiva. Estimular

uma eventual acção contra Salazar de descontentes que até ao presente têm apoiado o regime passou a ser tido como mais importante do que alcançar, com vistas ao derrubamento da ditadura, a unidade das forças democráticas, assente na aliança do proletariado com o campesinato.

Considerou-se que os grandes movimentos de unidade das forças democráticas desenvolvidos em 1943-49 — o MUNAF, o MUD e a candidatura Norton de Matos «não foram ainda suficientemente abertos», «não assentaram [...] numa larga base anti-salazarista» (?), «tiveram um carácter exclusivamente democrático» (folheto de Outubro) e que havia que criar portanto *um movimento de unidade anti-salazarista «numa base ainda mais larga»* (Informe político ao V Congresso), com a participação de elementos não democráticos, ou seja, daqueles que se destacam do salazarismo.

A ideia do alargamento da unidade é justa. A evolução da situação política criou condições, nos últimos anos, para atrair à luta pela instauração em Portugal da liberdade política sectores que anteriormente mantinham uma atitude de reserva ou suspeição em relação ao movimento democrático. Em especial, o desenvolvimento da corrente de opinião liberal entre os católicos tornou necessário um novo esforço para alargar o movimento unitário contra a ditadura fascista. O *mal*, e produto directo das concepções da «desagregação irreversível», *foi pensar-se que o estímulo à acção dos elementos conservadores poderia substituir ou sobrepor-se à unidade das forças democráticas, era mais importante e decisivo que a unidade das forças democráticas, que entretanto não existia*. Considerou-se a grande e poderosa unidade democrática dos anos 1943-49 como «estreita» e afirmou-se pretender-se uma unidade «mais larga», mas na actuação prática, *defendendo-se uma unidade mais larga, realizou-se uma unidade mais estreita*.

Esta posição não favoreceu o desenvolvimento da acção anti-salazarista. Ela levou ao efectivo menosprezo pela unidade democrática e à concentração das atenções no «convencimento» à acção dos elementos mais conservadores. Em vez de se procurar, depois de anos de divisão e de sectarismo, reconstituir a unidade forjada e provada nos grandes movimentos de anos anteriores (MUD, MUNAF, Candidatura Norton de Matos) como passo fundamental para o desenvolvimento da acção contra a ditadura fascista, lançou-se a nossa atenção para aqueles elementos conservadores que haviam ficado de fora daqueles movimentos. Entendeu-se uma unidade «mais larga» que a unidade democrática anterior não como a unidade democrática *mais* a participação de certos elementos conservadores, mas sim como a unidade com esses elementos *sem* a unidade democrática. Minimizou-se a força daqueles com quem não estávamos unidos e exagerou-se a influência daqueles poucos com quem conseguimos uma actuação unitária regular. Do «Directório», cuja influência política nas camadas pequeno-burguesas e intelectuais foi considerável, afirmamos, numa atitude depreciativa e previsora da sua liquidação política, que não representava verdadeiramente as classes que cuidava representar e que a luta revelaria os verdadeiros dirigentes dessas classes. Em vez de valorizarmos na justa medida os dirigentes indiscutíveis da opinião democrática burguesa, insistimos (tal como antes nos tempos do sectarismo) na apreciação depreciativa da sua influência e capacidade de mobilização e afirmávamos e repetíamos que tais dirigentes, bem como os seus agrupamentos, estavam «ficando para trás» na luta do povo português. Ao mesmo

tempo que se mantinha uma posição hostil contra os agrupamentos liberais mais influentes (Directório, União Socialista e outros), tomou-se uma posição conciliatória, condescendente e «compreensiva» para os fascistas que, de qualquer modo e por vezes até com visível hipocrisia, mostravam descontentamento ou desacordos com o governo.

Deve dizer-se que, mesmo nessa política de atracção dos elementos que se destacam do fascismo, não soubemos, desde início, ser consequentes. Se, por um lado, com a preocupação da desagregação do regime, procurámos estimular as contradições e defecções no campo inimigo, não soubemos agir com suficiente tacto e maleabilidade quando algumas defecções de certo vulto se verificaram. É exemplo disso a posição de combate mantida durante longos meses para com a candidatura do general H. Delgado, que acusávamos de ser lançada pelos próprios salazaristas. Apesar porém dessa falta de maleabilidade e tacto (e também de informação), a posição do Partido quanto aos problemas de unidade nos anos 1956-59 foi caracterizada pela *subestimação da importância da unidade democrática* e pela concentração das atenções para tranquilizar os elementos mais conservadores, os anti-salazaristas que se destacavam do regime, estimulando-os a uma acção para substituir o governo de Salazar. Isto foi assim, porque as esperanças para o derrubamento da ditadura tinham deixado de depositar-se na acção popular dirigida pelas forças democráticas para se depositarem na «desagregação irreversível» do regime, que haveria que «apressar» e «acelerar».

A constituição da Junta Nacional de Libertação, com a pretensão de ser o organismo supremo de direcção da luta anti-salazarista, é uma característica expressão desta posição política resultante das concepções da «desagregação irreversível». A JNL foi sem dúvida um passo positivo no que respeita à unidade com o mais dinâmico agrupamento socialista, com católicos progressistas e com certos sectores monárquicos. Mas, porque ficaram de fora os agrupamentos democráticos liberais mais influentes, *a JNL não podia nem devia ter sido considerada senão como um elemento do movimento unitário contra a ditadura fascista*. Não se entendeu porém assim. Ao criar-se a JNL e na sua acção posterior, pretendeu-se que a JNL fosse o *organismo supremo* de direcção do movimento anti-salazarista e afirmou-se que o era.

Mostra a experiência que, se se pretende criar um organismo unitário supremo de direcção, essa criação deve ter a concordância dos principais agrupamentos do movimento que se pretende unificar. Colocar os principais agrupamentos perante o facto consumado da criação do «organismo supremo» a que não deram a sua concordância e que de facto só tem a representação de alguns sectores que, ainda por cima, não se impõem pela sua actuação dirigente, não facilita a adesão posterior a esse organismo e o seu reconhecimento como organismo supremo. Isso precisamente se passou com a JNL.

O Comunicado do CC do Partido de 16 de Agosto de 1958 coloca a JNL como o organismo supremo de direcção do movimento nacional anti-salazarista, fazendo um apelo para que todos os agrupamentos e correntes políticas lhe dêem o seu apoio

«para verificar*²⁴², coordenar, dirigir e intensificar as acções legais e ilegais contra o regime, pela demissão de Salazar e por um governo que realize novas eleições para a Presidência da República». Um ano depois (Documento do CC de Julho de 1959) continua a insistir-se, quase nos mesmos termos, na necessidade e no propósito de «reforçar e alargar a JNL à escala nacional de forma a poder assegurar a coordenação da acção legal e ilegal no plano local e nacional». Entretanto, apesar dessa orientação e dessa insistência, não se conseguiu alargar a Junta a quaisquer novos sectores, não se conseguiu atrair a ela os sectores democráticos mais influentes e não se conseguiu naturalmente o seu reconhecimento pelas organizações democráticas como organismo supremo de direcção no movimento contra a ditadura fascista.

Tendo ficado de fora os principais agrupamentos democráticos e anti-salazaristas (especialmente liberais e socialistas) a JNL, que pretendia ser o organismo supremo do movimento contra a ditadura, não pôde ter senão um «papel menor» na direcção desse movimento. Em larga medida, a iniciativa política do movimento democrático passou precisamente para as mãos desses agrupamentos que estavam fora da JNL, do que resultou que o Partido não participou na preparação de muitas lutas e movimentos e teve em muitos casos de seguir na sua esteira.

Conseguiu-se ao menos tornar a JNL o polo de atracção dos elementos conservadores que se destacam do fascismo? Não, camaradas. *Precisamente porque se considerou a atracção de tais elementos como problema independente do desenvolvimento geral do movimento democrático e da unidade das forças democráticas, a separação existente entre o Partido e os principais agrupamentos democráticos dificultou a atracção de tais elementos.* Mais ainda: Esses agrupamentos, tomando em larga medida nas suas mãos a iniciativa da luta política, conseguiram, mais que nós próprios, estabelecer contactos, enlaces e acordos com os elementos mais conservadores.

O que se passou com a JNL quando da preparação do golpe militar que esteve para eclodir em Março de 1959 é um exemplo elucidativo do que se acaba de afirmar. Pronunciando-se acerca do Programa do Movimento Militar Independente, o Partido (como já atrás foi citado) propôs uma alteração entre outras: que a chefia do Estado e do governo não fosse assumida exclusivamente pela Junta Militar, mas por esta e pela JNL, escolhendo as duas o Governo Provisório. Nesta sua proposta, o Partido atribuía à JNL uma influência política e um carácter representativo das forças democráticas que ela realmente não tinha e deixava completamente de lado os mais importantes agrupamentos liberais... que entretanto estavam bem mais próximos do MMI e que, no caso dum triunfo do golpe militar, teriam sem dúvida uma maior influência no governo. A tal cegueira nos conduziram a ideia da «desagregação irreversível» e os seus reflexos negativos na política de unidade do Partido.

A ideia da queda do fascismo em virtude da sua desagregação e não pelo assalto ao poder pelas forças democráticas implicava a ideia de que não estava nas mãos das forças democráticas constituir o governo que substituiria o de Salazar e determinar a sua política, pois isso só o poderiam fazer aqueles que, por virtude da desagregação

²⁴² Álvaro Cunhal cita do *Avante!*, n.º 262, 2.ª quinzena de Agosto de 1958. – 575. *Na transcrição do *Avante!*: alargar. (N. Ed.)

do regime, se separassem deste e levassem a cabo a sua substituição. Em virtude de tal concepção, *o Partido deixou de definir e de colocar como seu objectivo levar ao poder, juntamente com as outras forças democráticas, um Governo Provisório de unidade nacional, deixou de definir as tarefas de um tal governo, deixou de colocar a questão da participação comunista num tal governo e o aspecto fundamental da sua posição quanto ao governo que deveria suceder ao de Salazar foi o de DECLARAR que APOIARIA qualquer governo que, sucedendo ao de Salazar, instaurasse as liberdades democráticas fundamentais.*

Essas declarações à *acção dos outros* são justas. Mas só o são na medida em que são acompanhadas por uma *acção própria* visando derrubar o governo fascista e colocar no seu lugar um governo com uma política bem definida. Doutra forma, a declaração de apoio a acções dos outros torna-se *uma posição seguidista* que tira a iniciativa ao Partido e às outras forças democráticas e as coloca, no problema fundamental do poder, numa atitude de expectativa ou na cauda de eventuais iniciativas de elementos mais conservadores.

O abandono da ideia de que as forças democráticas se devem preparar para *o assalto ao poder*, para a *conquista do poder*, e a sua substituição pela ideia de que a missão fundamental das forças democráticas na situação presente é «acelerar» a «desagregação contínua» ou «irreversível» do regime, levou à diluição da reivindicação dum Governo Provisório que instaure *imediatamente* as liberdades democráticas e à aceitação condescendente de que o governo fascista pode ser substituído por um «*governo de transição*» ou mesmo por uma «ditadura militar» que prepare as condições para que possam ser concedidas ao povo português as liberdades fundamentais.

Em 1958, nos objectivos inicialmente anunciados pelo general Humberto Delgado, posteriormente nos objectivos de agrupamentos militares anti-salazaristas, e ainda hoje na ideia de alguns, apareceu o propósito de instaurar uma ditadura militar mais ou menos prolongada, ditadura cuja missão seria «não deixar cair o poder na rua» e criar «condições para conceder a liberdade política»... como se o povo português não tivesse discernimento bastante para utilizá-la. Que tenham aparecido agrupamentos com tais objectivos é compreensível. O que é menos compreensível e mostra até que ponto foi a abdicação da direcção política das forças democráticas e do Partido foi a fácil aceitação de tais ideias no campo democrático, a sua generalização como «solução possível» do problema político português. Nas propostas feitas indirectamente pelo Partido aos conspiradores militares que se propunham *conceder liberdades democráticas 18 meses depois de tomarem conta do governo*, o Partido não reclamava sequer a concessão imediata das liberdades democráticas, limitando-se apenas a sugerir que *o prazo de 18 meses fosse reduzido para um ano.*

O desenvolvimento do movimento nacional contra a ditadura fascista e pela instauração da liberdade política em Portugal exige que os problemas da unidade se considerem de forma diversa. A unidade das forças democráticas, assente na aliança do proletariado com o campesinato, é o factor fundamental do estabelecimento duma vasta frente nacional anti-salazarista e da unificação, ampliação e intensificação do movimento popular com vistas ao derrubamento da ditadura fascista. O Partido não deve poupar esforços para o estabelecimento da unidade democrática, tão ampla

quanto possível, na base de objectivos políticos comuns fundamentais e da actuação contra a ditadura fascista. Depois dos progressos cada vez mais acentuados acusados no decurso de 1960, *a unidade de pensamento e de acção das forças democráticas é já em muitos aspectos uma realidade*. Saibamos nós trabalhar, demos nós provas de espírito unitário, de iniciativa, de firmeza ideológica, de capacidade organizadora e mobilizadora, e a unidade democrática readquirirá a solidez, a energia combativa, a força actuante, já demonstrados em épocas diversas em grandes jornadas de luta contra a ditadura fascista e tornar-se-á o factor fundamental da luta de todas as forças e elementos anti-salazaristas e do levantamento da nação contra o reinado salazarista de tirania, de fome, de terror, de mentira, de ódio, de vergonha internacional.

Para que o Partido possa desempenhar no movimento democrático um papel determinante é forçoso que rectifique e vença na sua actuação prática as concepções, os preconceitos, as reservas sectárias ou oportunistas, resultantes das concepções da «desagregação irreversível» do regime.

Não é da desagregação do inimigo que se pode esperar a sua derrocada. É a acção popular, dirigida pelas forças democráticas, que poderá e deverá conduzir ao derrubamento do governo fascista e à subida ao poder dum Governo Provisório que instaure em Portugal a liberdade política — reivindicação central e fundamental de todas as forças progressivas portuguesas no momento presente.

(continua)

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

***[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 9 e final]***

[...]

9. O papel da classe operária e do Partido

A concepção da «desagregação irreversível» da ditadura fascista, com a sobrevalorização das condições objectivas e a crença num certo automatismo da queda do fascismo, com as ilusões legalistas e golpistas que a acompanharam, com a subestimação da organização e o culto de espontaneidade, representou objectivamente *uma subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento nacional democrático e tendia a conferir a direcção deste à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo.*

Na verdade, se se admite que a queda da ditadura fascista resultará não da conquista vitoriosa do poder pelas forças democráticas, mas da sua própria desagregação, a acção que directamente provocará e promoverá a substituição do governo fascista não será uma acção das forças democráticas incluindo o Partido Comunista, mas uma acção de elementos que se destacam do fascismo e que poderão eventualmente ligar-se (em diferentes graus de compromisso) com elementos da burguesia liberal. A solução pacífica por desagregação do regime implica a ideia duma reforma liberalizadora das instituições pela própria camarilha governante ou um golpe de Estado de comandos descontentes. Duma forma ou doutra, acompanhada de ilusões legalistas ou golpistas, a concepção da «desagregação irreversível» do regime fascista afasta desde logo a classe operária e o seu Partido da acção decisiva para o derrubamento do fascismo. Ela *aceita que o derrubamento da ditadura pode ter lugar e terá o mais provavelmente lugar por uma acção em que o Partido Comunista não participe, ou participe apenas apoiando.* Desta maneira, ela confere a direcção do movimento democrático nacional aos elementos conservadores que se destacam do fascismo e à burguesia liberal que com eles estabelece contactos e que também neles confia para a solução do problema político português.

Essa concepção e subestimação influenciaram e, em larga medida, determinaram toda a actuação do Partido durante largos anos. *A preocupação principal do Partido não foi preparar-se e preparar a classe operária e as forças democráticas (no terreno político, de organização, de quadros, de mobilização popular) para o assalto ao poder, mas facilitar a desagregação do regime, estimular uma acção dos que se destacassem do regime e substituíssem o governo de Salazar.*

No terreno político, não se definiram com suficiente precisão os objectivos da luta nacional, não se insistiu nos objectivos políticos fundamentais, não se definiram as características do governo que deverá suceder ao governo fascista, nem se definiu a posição do Partido em relação a ele, nem nunca durante longos anos se aflorou sequer a questão da participação comunista num tal governo e da disposição do Partido em assumir responsabilidades nele.

No terreno da organização, precisamente porque se não viu a queda da ditadura resultando duma acção dirigida pelas forças democráticas (incluindo o Partido), não se deu importância à questão vital da criação, alargamento e robustecimento das organizações democráticas e em especial da organização do Partido.

No terreno dos quadros, não se pensou que uma acção vitoriosa para o derrubamento da ditadura fascista pressupõe a existência de numerosos quadros de militantes democráticos e em especial de militantes comunistas, de aptidões e capacitação variadas, correspondentes à variedade das tarefas que tal acção vitoriosa implica.

No terreno da mobilização popular, não se abriu às massas a perspectiva da sua própria acção, não se educaram as massas na ideia de que lhes caberia fundamentalmente a elas a acção para derrubar a ditadura (um levantamento geral nacional), antes se habituaram as massas à ideia de que o regime se desagregaria por si, numa remodelação liberalizadora ou por virtude dum golpe de dissidentes, e de que, quando muito, as acções de massas poderiam acelerar essa desagregação.

Toda a acção política e organizativa do Partido foi dominada e gravemente prejudicada pela crença na «desagregação irreversível», pela consequente subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático e pela consequente e implícita atribuição do papel directivo no movimento democrático à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo.

O facto de se depositarem as esperanças do derrubamento da ditadura na acção de elementos conservadores levou o Partido a *deixar de tomar a iniciativa política* sobretudo no que respeita à luta legal e a conferi-la largamente à burguesia liberal. As concepções da «desagregação irreversível» constituíram *uma forma do culto da espontaneidade*. Conduziram o Partido a reboque dos movimentos espontâneos (cuja direcção aliás frequente e indevidamente nos atribuímos) e da iniciativa política da burguesia liberal e de elementos conservadores (caso H. Delgado). *Foi uma tendência seguidista na sua mais clássica expressão.*

A própria ideia e objectivo do derrubamento da ditadura fascista foi considerada como susceptível de prejudicar a desagregação do regime, por assustar os elementos conservadores. *O Partido deixou de colocar como objectivo primacial da sua acção o*

derrubamento do governo fascista, para passar a declarar a sua esperança e confiança na desagregação do regime e no «afastamento» ou «substituição» de Salazar, o seu «apoio» a quaisquer acções de conservadores e liberais e a colocar como objectivo político fundamental contribuir para essa desagregação.

A «solução pacífica» do problema político português, mais que uma viabilidade aceite em resultado do estudo da situação portuguesa, teve uma intenção propagandística, com o fim de sossegar os hesitantes no campo fascista, com o fim de facilitar a desagregação. O Programa do Partido aprovado no V Congresso reflecte duma forma característica tal posição. A expressão «derrubamento do fascismo», que ainda aparecia na primeira parte do Projecto do Programa editado em 1954, deu lugar no Programa aprovado a expressões *moderadas*, como «afastamento» ou «substituição» do governo. Os objectivos da «revolução democrática de libertação nacional» e do «levantamento nacional» para o derrubamento da ditadura e a instauração dum governo democrático, que apareciam no Projecto, deram lugar, no Programa aprovado, à concepção da solução pacífica e da «*desagregação contínua*» (*sic*) do regime. Tais substituições de termos verificaram-se não apenas no Programa mas em todos os documentos do Partido.

Toda a redacção do Programa enfermou dessa preocupação de facilitar o processo da «desagregação contínua», não assustando os fascistas descontentes e os conservadores, incitando-os a darem os passos necessários para oferecerem ao povo português a solução pacífica do problema político português. O Programa do Partido Comunista Português, que deveria ser fundamentalmente o programa do proletariado revolucionário, foi influenciado pela ideia de tranquilizar a burguesia não monopolista, de lhe agradar pela sua moderação, de «esclarecer» não as amplas massas trabalhadoras, mas sobretudo os elementos conservadores renitentes à unidade. Por esse simples facto, *esbate, reduz, apaga o papel determinante da classe operária e do seu Partido no movimento democrático, lança para segundo plano a aliança do proletariado com o campesinato e coloca, de facto, o proletariado e o Partido na expectativa em relação à actuação política da burguesia liberal e dos conservadores que se destacam do regime.*

É característico que, ao longo dos anos, o Partido tenha declarado inúmeras vezes a sua disposição em *apoiar* acções de outros para o afastamento de Salazar do poder, apoiar qualquer governo que instaure as liberdades fundamentais e não tenha declarado e insistido ser seu propósito, em comum com as outras forças democráticas, conduzir as massas populares até a uma acção vitoriosa para o derrubamento da ditadura fascista, uma acção capaz de atirar por terra o governo de Salazar e colocar no poder um Governo Provisório que instaure as liberdades democráticas. É também característico que o Partido tenha deixado de declarar a sua determinação de assumir, ao lado das outras forças antifascistas, responsabilidades num Governo Provisório, de participar no Governo Provisório.

A preocupação de tranquilizar a burguesia e de facilitar a separação do fascismo de certos sectores da burguesia levou a *sacrificar, numa posição oportunista, alguns aspectos da acção independente do proletariado e do seu Partido*, esquecendo-se o ensinamento de Lénine segundo o qual «o direito do socialismo à independência e

(...) o seu direito à existência» [sic] (*Que Fazer?* I, d²⁴³).

A posição tomada em relação à *luta da classe operária contra os seus inimigos de classe* é um dos mais significativos aspectos desta posição oportunista.

Já no Relatório político feito pelo camarada Ramiro em nome do CC ao V Congresso se diluía a contradição de classes fundamental na sociedade burguesa (a contradição entre a burguesia e o proletariado), ao afirmar-se como possível um entendimento entre o proletariado e a burguesia não monopolista com vários objectivos, entre eles «*a elevação do nível de vida das massas*» (pp. 30-31). Se é certo que, dado o desenvolvimento desigual do capitalismo e o domínio dos monopólios, se agrava de forma crescente o antagonismo entre um pequeno grupo de monopolistas e as restantes camadas do povo, isso não significa que se dilua o conflito entre o capital e o trabalho, não significa que a burguesia não monopolista, nas suas relações de classe com o proletariado, possa colaborar com este para «*a elevação do nível de vida das massas*». *A unidade de todas as camadas populares contra os monopólios não ilude nem pode iludir a acção independente do proletariado em defesa dos seus interesses contra os seus exploradores, mesmo que eles sejam não monopolistas*. Defender o contrário é confundir uma política de unidade contra o fascismo com as ideias oportunistas de colaboração e harmonia de classes.

A concessão oportunista aflorada no Relatório político ao V Congresso adquiriu posteriormente contornos mais definidos. No artigo do camarada João sobre a «*possibilidade da solução pacífica*», publicado em *O Militante* de Outubro de 1958, sacrifica-se a luta independente do proletariado contra os seus exploradores à ideia de atrair à frente anti-salazarista certas camadas da burguesia e os seus correspondentes elementos políticos conservadores. Defende-se aí que

«a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista»

e que

«a luta pelo aumento de salários não deve ser fundamentalmente dirigida contra a burguesia nacional não monopolista, mas contra a política de congelamento dos salários do salazarismo, servidor dos monopólios».

Estas ideias tendiam a enfraquecer e a atenuar a luta dos operários nas suas empresas contra o respectivo patronato, sacrificando essa luta de interesse primordial à ideia de atrair a burguesia não monopolista à frente anti-salazarista. Elas tiveram influência negativa na condução das lutas reivindicativas, enfraquecendo as lutas nas empresas, levando ao menosprezo das Comissões de Unidade, criando ilusões legalistas no movimento sindical, onde numa forma bastante generalizada se passaram a fazer petições e abaixo-assinados dirigidos aos Sindicatos e às autoridades fascistas, em vez de concentrações e assembleias em apoio e associadas à luta nas empresas. Essas ideias oportunistas são um aspecto lógico e consequente da

²⁴³ Cf. VILOE3, t. 1, 1977, p. 92. Passagem incompreensível. No texto de Lenine lê-se: «Era exatamente o mesmo se a democracia burguesa negasse o direito do socialismo à independência e, por consequência, o seu direito à existência [...]» - 581.

«teoria» da «desagregação irreversível», que tirava à classe operária e ao Partido o papel determinante no movimento democrático e conferia aquele à burguesia liberal e aos conservadores que se separam do fascismo.

Outro significativo aspecto da mesma posição aparece nas opiniões e propostas já atrás citadas apresentadas pelo camarada Ramiro, que em 1956 constituíram um dos pontos de partida para o estabelecimento da nova linha da «desagregação irreversível». A preocupação de «*isolar os elementos mais perigosos do regime salazarista dos restantes*» com o fim de «acelerarmos a desagregação do regime» levou esse camarada a propor que o Partido, em vez do combate que vinha travando contra o partido fascista de Salazar (a União Nacional), contra a Assembleia fascista de Salazar (a Assembleia Nacional), contra a milícia fascista de Salazar (a Legião Portuguesa), em vez de continuar a combater insistentemente em bloco esses três pilares do «Estado Novo», passasse apenas a combater os piores elementos de qualquer deles. Propunha o camarada que «*não devemos fazer ataques frontais, como até aqui, à União Nacional, à Legião Portuguesa, à Assembleia Nacional, mas sim aos elementos mais reaccionários que se encontram aí*». A ideia da desagregação do regime como objectivo principal da actividade do Partido aparece aqui também, desde início, com marcas caracteristicamente oportunistas, sacrificando a acção directiva da classe operária e do Partido ao papel determinante que se atribuía àqueles que se destacam do fascismo por desagregação deste. Estas propostas do camarada Ramiro influenciaram posteriormente a acção do Partido em múltiplos aspectos.

Ainda outro aspecto da mesma posição foi a *orientação preconizada em relação aos dirigentes sindicais fascistas*. A obsessão da «desagregação» do regime, a ideia da multiplicação incessante e inevitável das defecções no campo salazarista, levaram a acreditar que inimigos dos mais declarados da classe operária e do povo português, verdadeiros lacaios e rafeiros do patronato reaccionário e do fascismo, poderiam também estar a abandonar a camarilha de Salazar e que por isso não devíamos combatê-los mas sim tratar com eles como aliados. No Informe político do CC feito ao V Congresso pelo camarada Ramiro afirma-se que «Tendo em conta a evolução dos acontecimentos políticos e a progressiva decomposição do salazarismo, é hoje possível alargar a unidade dos trabalhadores através dos sindicatos e atraindo à colaboração os próprios dirigentes sindicais que, embora não tendo sido eleitos pela classe, se mostram hoje dispostos a ouvir e a atender as suas reivindicações.» E aconselha-se uma posição de compromisso, de temporização, de transigência e águas-mornas para com os dirigentes sindicais fascistas. No Informe sobre organização ao mesmo Congresso feito pelo camarada João afirma-se que «as alterações na correlação de forças influenciam hoje a conduta dum grande número de pessoas que antes serviam ainda, sem muita convicção aliás (?), a política salazarista» e que «Neste número contam-se [...] dirigentes sindicais, alguns dos quais não afinam já pela flauta salazarista e começam, mais ou menos abertamente ou mais ou menos veladamente, a passar para as posições da classe operária». Um e outro informe passam completamente em claro a existência de numerosos vis lacaios do patronato e bufos da PIDE que o governo tem colocado à frente de numerosos sindicatos e não referem sequer a necessidade de os desmascarar e substituir. Cerca de um ano após o V Congresso, num informe feito pelo camarada Freitas ao CC em

nome da Comissão Política, vai-se ainda mais longe:

«[...] estão hoje criadas condições (diz-se no informe) para *esperarmos da maior parte dos [...] dirigentes sindicais uma posição de colaboração aberta com os trabalhadores na defesa das suas justas reivindicações junto do patronato e do governo*, desde que os trabalhadores saibam agir junto deles com a necessária maleabilidade e tacto político».

Esta posição oportunista em relação aos dirigentes sindicais fascistas foi claro produto da crença na «desagregação irreversível» ou «contínua» da ditadura fascista, da crença em que o regime fascista se estava a desagregar tão rápida e irresistivelmente que era previsível o seu breve colapso.

Um último aspecto da mesma posição se quer aqui citar: a timidez (para não dizer mais) com que o Partido colocou por vezes os seus objectivos como Partido revolucionário do proletariado. O Partido Comunista Português coloca no presente momento como seu objectivo político imediato fundamental a instauração da liberdade política no nosso país. Mas isto não significa que o Partido deva ocultar ser seu objectivo a construção dum Portugal socialista e a posterior construção do comunismo. Há quem pretenda dificultar a unidade das forças democráticas e atemorizar os anti-salazaristas mais conservadores com a perspectiva dum Portugal socialista e comunista. Ora bem. A mesma preocupação de tranquilizar os conservadores levou a afirmar-se num documento do CC ser uma «grosseira calúnia» afirmar que os comunistas desejam substituir o salazarismo por um regime comunista (Manifesto de Julho de 1959). A afirmação de que o Partido pretende substituir o regime de Salazar por um regime comunista é sem dúvida incorrecta e há que desmenti-la. Mas se o Partido não coloca a passagem directa do fascismo para o comunismo não é porque não desejasse que isso fosse possível, mas apenas porque o não é, apenas porque não podemos saltar por cima de grandes etapas da evolução histórica. Só sentimentos oportunistas podem levar comunistas a considerar uma «grosseira calúnia» a acusação de que desejam instaurar um regime comunista em Portugal, mesmo antes de estarem as condições maduras para isso.

A abdicação do papel determinante da classe operária e do Partido no movimento democrático não apareceram apenas em concepções. Apareceram também na actuação prática do Partido. Foi o que aconteceu, como já atrás se referiu ao falar-se do golpe militar, em relação ao Movimento Militar Independente e ao seu programa, quando, estabelecendo-se os termos do apoio e até participação do Partido no movimento em preparação pela Junta Militar, o Partido propôs que o movimento fosse não só militar como também popular, sem entretanto formular a proposta de participar na direcção do movimento — o que significava aceitar sem discussão a direcção dos militares, conservadores e liberais. Foi o que aconteceu em relação a muitos movimentos democráticos legais, em que o Partido se limitou a seguir na cauda das iniciativas tomadas por outros democratas. Foi o que aconteceu, quando, em face de muitos acontecimentos, o Partido, em vez de dar a sua voz, em vez de marcar posição, preferiu imprimir e divulgar a tomada de posição de outras forças políticas, designadamente dos católicos, mostrando assim mais confiança na influência da voz dos liberais do que na voz da classe operária. Foi o que aconteceu quando, ao mesmo tempo que, a pretexto da «luta contra o culto da personalidade», se conduzia de facto a uma guerra ao prestígio e popularidade dos dirigentes do

Partido, ao mesmo tempo que se diminuía, socavava e fazia intencionalmente esquecer o prestígio e popularidade de quadros destacados do Partido, se passou a valorizar os dirigentes de outras correntes da Oposição. (ver, entre muitos outros, o documento sobre declarações de Neves Graça e o material de M. sobre a repressão.)

A *subestimação da organização* é um dos mais característicos aspectos da abdicação do papel determinante da classe operária e do Partido. O facto de se não discutirem praticamente durante anos os problemas de organização, de eles quase desaparecerem da imprensa do Partido, de se terem deixado de dar balanços à organização do Partido, de se ocultarem a estagnação e os retrocessos e se afirmarem progressos inexistentes ou se exagerarem pequenos progressos, de se querer dar uma ideia de engrandecimento do Partido sob todos os aspectos apesar do seu grave retrocesso orgânico — reflectem a subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático.

No V Congresso, o CC deu uma ideia deformada da situação orgânica do Partido. Na altura do V Congresso, em 1957, os efectivos do Partido eram apenas cerca de um quarto dos existentes na altura do IV Congresso em 1946 e toda a estruturação tinha sofrido considerável recuo. Mas, nos relatórios do CC, em vez de se comparar a situação com a existente na altura do Congresso anterior, ou mesmo com qualquer dos anos seguintes e daí deduzir as tarefas do Partido, tomou-se como base de comparação o ano de 1950, ano em que se havia perdido ligação com organizações inteiras e o balanço acusava o mais baixo número de militantes verificado desde 1942. Nessa base pôde afirmar-se, no Informe político feito ao Congresso pelo camarada Ramiro, que o Partido via «alargar-se a sua organização», que houvera «um aumento de mais 40% para os militantes e de 70,7% para os simpatizantes» e que «o nosso Partido encontra-se robustecido». A escolha dos efectivos de 1950 como termo de comparação foi intencional e a afirmação nesse mesmo informe de que eram «os mais recuados que possuímos» foi apenas uma justificação. A escolha de 1950 foi feita para apresentar ao V Congresso um «progresso» orgânico, em vez de apresentar o muito grave retrocesso orgânico verificado desde 1946. Tem de se concluir que o CC, a fim de valorizar a sua actuação, iludiu o Congresso e iludiu o Partido.

No Informe sobre problemas de organização feito em nome do CC pelo camarada João, seguiu-se a mesma orientação e o mesmo panorama foi apresentado, escolhendo-se termos de comparação que dessem a ideia de que o Partido estava aumentado e fortalecido. Alguns pormenores são muito significativos. Assim, por exemplo, tendo-se registado do IV para o V Congresso um acentuado recuo no que respeita às células de empresa, cujo número em 1957 se pode estimar menos de um quarto do existente em 1946, que se diz a esse respeito no Informe sobre problemas de organização? Eis como o camarada João apresentou o problema:

«Desde o nosso IV Congresso, o número das [...] células de empresa sofreu as flutuações gerais da organização do Partido (curioso eufemismo este!), ou, para sermos mais exactos (?), *progrediu* (!?) *menos* que outras organizações de base.»

Quando as organizações de base acusavam, sem excepção, do IV para o V Congresso, um gravíssimo recuo, afirmar que o número de células de empresa «progrediu menos que as outras organizações de base» foi esconder a verdade ao Partido, foi iludir o

Congresso e iludir o Partido.

Noutros relatórios e intervenções no V Congresso (camarada Freitas sobre trabalho ideológico e outros) vê-se ser preocupação dominante da Direcção ocultar a situação real ao Partido, o recuo efectivo da sua organização e de outros aspectos do seu trabalho e, pelo contrário, afirmar perante os militantes e o povo português que o Partido se encontrava mais forte que nunca.

Estas informações dadas pelo CC ao V Congresso acerca da situação orgânica e geral do Partido mostram de facto um grande desprezo pelo trabalho de organização e pela força real do Partido, uma subestimação da importância da organização, uma subestimação objectivamente considerada do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático nacional.

Se assim não fosse, se se pretendesse manter de facto o papel determinante da classe operária e se verificava ao mesmo tempo um enfraquecimento da organização do Partido, logo se revelaria que o Partido não poderia desempenhar o seu papel sem um radical fortalecimento orgânico e tomar-se-iam as medidas adequadas. Não dar o valor devido à organização quando ela se encontrava particularmente débil, não colocar como uma necessidade imperiosa a estruturação do Partido em todo o país quando ela era muito deficiente e quando se pretendia ter um papel mobilizador nacional, não considerar como uma situação gravíssima as debilidades das organizações das fábricas e empresas e a inexistência de organização em centros industriais e empresas das mais importantes quando se dizia que a classe operária devia ter um papel dirigente na política portuguesa, antes afirmar-se uma força orgânica inexistente e progressos inexistentes sugerindo-se que o Partido estava organicamente mais forte que nunca era desistir de facto desse papel dirigente.

Os aspectos dessa subestimação do trabalho de organização do Partido foram tratados em reuniões da Comissão Política e do CC realizadas em 1960. A Comissão Política primeiro (Resolução de Setembro de 1960), o CC depois (Resolução de Dezembro), sublinharam a ausência, durante vários anos, de debates sobre problemas de organização nos organismos dirigentes do Partido, incluindo o CC, a generalização do desinteresse por esses problemas, a conformação com as debilidades orgânicas, a sua ocultação e a não adopção de quaisquer medidas para vencê-las, o exagero dos êxitos e a não consideração dos insucessos, o não tratamento dos problemas de organização na imprensa do Partido, etc. Toda essa subestimação foi possível porque não era fundamentalmente na luta da classe operária e na acção do Partido que se fundamentavam as esperanças para o derrubamento do fascismo, mas na desagregação deste, por um processo semi-automático.

Nos documentos do Partido não se deixou de insistir em que cabe à classe operária o papel dirigente na luta nacional contra o fascismo. Ao mesmo tempo porém que se insistia, na generalidade, em tal princípio, a orientação política e tática reduzia esse papel dirigente, conferindo-o de facto à burguesia liberal e aos conservadores. Como nota o camarada Serpa em documento enviado ao CC, «a repetição cada vez mais enfática do papel dirigente que cabe à classe operária tem caminhado a par da cedência de posições indispensáveis para garantir esse papel dirigente».

«O papel dirigente da classe operária (sublinha justamente o mesmo camarada) ninguém lho reconhece pelo facto de nós o repetirmos; ninguém lho reconhece se ela própria não estiver em condições de o tomar para si.»

Nos últimos anos, ao mesmo tempo que se perdiam de facto posições de direcção no movimento democrático, exageraram-se, de forma cada vez mais absoluta, o papel dirigente do Partido e a sua força, tomando-se desejos por realidades. É bastante característico dessa posição o Relatório apresentado aos PC dos países capitalistas da Europa em Agosto de 1959. Aí se diz:

«... o facto de que a classe operária não é presentemente influenciada pelos partidos políticos democrático-burgueses (?) dá ao PC certo poder de manobra, de influência nas massas populares, contra o qual se revelam inoperantes, na maioria das vezes, os conluios dos dirigentes dos restantes agrupamentos da oposição».

E, noutra passagem do mesmo documento, afirma-se que esses agrupamentos são

«impotentes para arrastar as massas populares para caminhos contrários aos apresentados pelo PC».

Quem conheça no mínimo a história do movimento anti-salazarista desde 1956 sabe que estas afirmações não correspondem à realidade. Havíamos porém tomado os desejos por realidades, cuidando que o papel dirigente da classe operária se ganha pelo facto de se afirmar repetidas vezes que o tem.

As concepções da «desagregação irreversível», com a sua timidez política, com a falta efectiva de confiança na classe operária e nas massas populares, tiraram esse papel dirigente à classe operária e ao seu Partido. De tal forma que animaram, tanto nas outras forças democráticas como nas próprias fileiras do Partido, ideias visando explicitamente colocar o Partido a reboque da burguesia anti-salazarista.

Entre as outras forças democráticas, multiplicaram-se, durante muito tempo, as exigências de que o Partido não devia pretender imiscuir-se na direcção do movimento democrático, que não devia manifestar publicamente a sua opinião em relação ao mesmo movimento, que a direcção deste devia caber exclusivamente a organismos unitários em que o Partido não participava nem devia participar. E, nas próprias fileiras do Partido, não deixaram de aparecer camaradas defendendo que «as classes trabalhadoras estão fundamentalmente aptas a lutarem pelas suas reivindicações económicas e não a dirigirem a luta política», que «o Partido devia limitar-se a apoiar as outras forças políticas até ao derrubamento do fascismo» (camarada Rog. numa reunião de quadros, Fevereiro de 1960).

Estas opiniões aconselhavam explicitamente à classe operária e ao Partido uma posição de reboque em relação à burguesia liberal e aos fascistas descontentes. Retomaram uma velha opinião segundo a qual «os operários devem sustentar de modo exclusivo a luta económica, deixando a política para os intelectuais, em aliança com os liberais» e que Lênine dizia corresponder a «considerar de menor idade o proletariado russo» («Tarefas urgentes do nosso movimento», 1900²⁴⁴). Também os defensores de tais ideias entre nós pretendiam passar ao proletariado português um

²⁴⁴ Cf. V. I. Lenine, *Oeuvres*, ed. cit., t. 4, 1973, p. 381. – 588.

atestado de menoridade, embora o proletariado português, em toda a luta travada ao longo de 30 anos contra a ditadura fascista, tenha provado ser a única classe verdadeira e conseqüentemente revolucionária e o Partido Comunista Português tenha provado ser o mais sólido e «maior» Partido da Oposição antifascista.

Combate ao desvio de direita

O desvio de direita, que se tornou política oficial do Partido nos anos de 1956-59, influenciou num sentido negativo praticamente todos os aspectos da actividade partidária: designadamente, a sua acção política, o trabalho de organização, a política de quadros. É no desvio de direita que devemos procurar a causa de muitos dos nossos insucessos nos últimos anos e de muitas das nossas dificuldades presentes. A correcção do desvio de direita é uma tarefa imediata e central, sem a realização da qual não podemos dar um impulso decisivo a toda a actuação do Partido e ao movimento nacional contra a ditadura fascista. Se queremos que o Partido desempenhe o papel determinante que lhe cabe na luta pela liberdade política, temos de expurgar do Partido as concepções direitistas e oportunistas, que criaram fortes raízes a partir de 1956.

Não se trata de uma tarefa fácil. As concepções direitistas e oportunistas foram a «linha» oficial do Partido durante vários anos, foi dentro delas que se formaram militantes, enraizaram-se na maneira de ver as coisas e em hábitos de trabalho, e não será fácil varrê-las dum momento para o outro. Para varrê-las do Partido, impõe-se um combate amplo, aberto, enérgico e persistente, contra o desvio de direita que predominou nos anos 1956-59, impõe-se que exponhamos ao sol da crítica as suas raízes ideológicas, impõe-se que saibamos não apenas ganhar a concordância dos militantes, mas esclarecê-los e convencê-los.

O Comité Central e a sua Comissão Política têm já vindo a realizar há alguns meses a correcção do desvio de direita, em aspectos parcelares e na orientação e actividade correntes do Partido. Mas só o debate aberto pela reunião de Março do CC e as resoluções aí tomadas permitirá dar combate em todos os terrenos contra as concepções direitistas a fim de as eliminar dentro do Partido.

A correcção do desvio de direita abre novas perspectivas de luta ao Partido e ao movimento democrático em geral. Exige, não apenas a discussão no terreno ideológico, mas uma mudança geral no estilo de trabalho do Partido, nas tarefas que se colocam a todas e a cada uma das suas organizações. Não é apenas com as Resoluções do CC que rectificaremos o desvio de direita. Essa rectificação exige um grande esforço ideológico, propagandístico, organizativo e de quadros.